

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA
EM UM DE MARÇO DE DOIS MIL E
DOZE**

No dia um de Março de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - 2ª Modificação ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra 2012 – 1ª revisão;

Ponto 3 - Prémio de Jornalismo Adriano Lucas - alteração ao Regulamento;

Ponto 4 - Medalha de Ouro da Cidade – Dr. António Arnaut;

Ponto 5 - Imóvel denominado “Casa Aninhas”, sito na Praça 8 de Maio – retificação;

Ponto 6 - Imóvel sito na rua João Cabreira/Largo das Olarias – retificação;

Ponto 7 - Projeto de revisão do Regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra (RAARC).

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Joana Margarida Alves Martins, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Hugo Filipe Martins Rodrigues e Fernando Jorge Soares Ferreira Neves

Faltou justificadamente o deputado Carlos Alberto Nunes da Silva

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto

Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José Costa Sequeira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Mário Rui Barreto Bartolo, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vitor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, João Gilberto Matos Orvalho, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro: Deputado municipal António Alberto Maló de Abreu, pelo período de 2 dias com início a 1 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Deputado municipal Paulo Luís Cunha de Almeida, pelo período de 2 dias com início a 1 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição Fernando Jorge Soares Ferreira Neves.

Deputada municipal Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, pelo período de 2 dias com início a 1 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Ana Paula Soares Pinto Bravo.

Deputada municipal Milene Catarina Pereira Cunha, pelo período de 2 dias com início a 1 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Horácio José da Paz Santiago.

Deputado municipal Fernando Jaime Alves Dias Martinho, pelo período de 2 dias com início a 1 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Mário Rui Barreto Bártolo nos termos do mesmo diploma.

Intervenção de Múncipes:

-Alunas de Direito da Universidade de Coimbra.

Contra o fim do passe escolar Sub 23

“As sucessivas medidas de destruição do Ensino Superior e da garantia do acesso de todos ao mesmo, tem-se concretizado com os cortes no financiamento das Instituições, superando os 200 milhões de euros no Orçamento de Estado, retirando qualidade e responsabilizando as famílias por

encargos cada vez maiores no usufruto deste direito e, pelos cortes na Acção Social Escolar, afastando milhares de estudantes. Tudo isto são provas de um desinvestimento quantitativo e qualitativo no desenvolvimento do país. Agrava-se a situação dos estudantes ainda mais com o anunciado fim do passe escolar sub_23, criando maiores dificuldades de acesso ao ensino e à mobilidade, colocando mais um entrave económico aos estudantes.

Os abaixo-assinados, estudantes do Ensino Superior, vêm desta forma exigir a manutenção do passe escolar sub_23, considerando que o passe escolar uma necessidade e um direito de todos os estudantes. Exigimos e lutaremos pelo recuo do governo no que diz respeito a esta medida, entregando este abaixo-assinado no dia 15 com acções massificadas dos estudantes.”

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stº Antº dos Olivais:

“A Coligação “Por Coimbra” vai apresentar uma Moção referente ao último acontecimento desportivo da A.A.C./OAF, o que irá permitir, 43 anos depois, voltarmos ao Jamor para disputarmos a Final da Taça de Portugal.

Para melhor compreendermos o que isso significa, permitam-me que recorde um pouco da importância que representou para Coimbra, mas também para o País, a celeberrima Final disputada em 22 de Junho de 1969.

A Academia, na sequência do que acontecera em 1962, mesmo que o motivo escolhido tenha sido outro, estava novamente em plena crise académica, numa luta aberta contra a política do Governo de Salazar.

A partir de 62, tinham-se dado grandes alterações na composição das direcções da Secção de Futebol da A.A.C., passando as mesmas a ser constituídas por antigos estudantes, mantendo-se no entanto a ligação à casa Mãe.

Em 1969, após a visita do Presidente da República e do Ministro da Educação à Universidade, quando foi negada a palavra ao Presidente da A.A.C., a crise que estava em lume brando passou a labaredas.

As prisões de estudantes que a partir daqui começam a crescer assustadoramente e a carga policial da GNR, feita de forma brutal e desumana ía conseguindo, dia após dia, revoltar toda a Cidade.

Pese a forma silenciosa como o faziam, sentia-se o crescer de solidariedade efectiva entre a população e a Academia, o que não passava despercebido ao poder de então.

Prova do que afirmo está a engenhosa entrega de alimentos aos estudantes barricados na Universidade, o que lhes permitiu aguentar mais tempo do que estava previsto.

Para muitos dos jovens com menos de 50 anos que aqui se encontram e que por tal motivo não viveram essa época, digo-lhes que Coimbra vivia em ambiente de medo, pela vigilância cobarde da PIDE, mas também pela descomunal e desumana maneira como os carros da GNR, envolvidos em arame farpado, íam atacando grupos que se juntavam no largo da Universidade ou na Praça da República.

Grupos com mais de três pessoas eram alvo de atenção redobrada.

Com tudo o que se vivia em Coimbra, a grande preocupação do Governo era conseguir que esta situação não saísse da cidade e fosse desconhecida no resto do País.

Infelizmente, dado a actuação da PIDE e da censura, isso estava a ser conseguido, já que nem os estudantes que saíam para as suas terras ao fim de semana, ousavam dizê-lo aos pais com medo de represálias contra eles.

Os plenários realizados no Jardim da A.A.C e no campo de Santa Cruz procuravam ter a Academia informada. Como universitários, os estudantes atletas, na sua maioria, tinham assumido um compromisso ideológico com o movimento estudantil, envolvendo-se e participando em muitos dos acontecimentos que ocorreram.

Passamos adiante e permitam-me que lembre agora e aqui, a importância que o futebol da A.A.C. teve na divulgação da revolta da Academia, através dos jogos efectuados na Taça de Portugal.

Contribuiu para isso, sem dúvida alguma, o modelo da disputa dos jogos da Taça, já que as eliminatórias se realizavam depois do campeonato e de oito em oito dias e não como agora.

Depois de eliminarmos o Ferroviário de Lourenço Marques, calhou-nos por sorteio o Vitória de Guimarães, Clube que tinha feito um campeonato brilhante, ficando em 3º lugar na tabela classificativa.

O primeiro jogo seria em Guimarães e o 2º em Coimbra.

Para o Governo, para o Poder Local e não tenho dúvidas em afirmar que até para a Direcção da Secção de Futebol, esses seriam os últimos jogos que iríamos fazer já que ninguém acreditava noutra desfecho e por isso nunca se preocuparam com o que poderia vir a acontecer se assim não fosse.

O resultado apesar de termos perdido por 2-1 deixava-nos algumas hipóteses para o 2º jogo.

No jogo disputado no nosso Estádio surgimos com determinação e muito vontade o que nos permitiu ganhar por 5-0.

Ganha esta eliminatória o objectivo estava conseguido. Iríamos ter agora pela frente o Sporting Clube de Portugal, 2º classificado no campeonato nacional, no 1/2 Final.

Se a eliminatória era considerada perdida, a viagem a Lisboa representava uma hipótese única de levarmos a mensagem até à capital.

Nenhum de nós ignorava que a PIDE tinha redobrado a sua actuação, dando sinais de impaciência e inquietação.

Naquele momento estávamos por tudo e relembrávamos as prisões, dos estudantes atletas em 62, Chipenda, França, Araújo etc. o que nos dava uma força extra.

Chega o dia do jogo e os estudantes atletas após a prelecção pediram para ficarem sós por alguns momentos. Dessa reunião resultou a decisão de darem expressão à sua solidariedade com o movimento estudantil equipando de branco e colocando uma braçadeira preta em sintonia com a decisão da Assembleia Magna.

Isso valeu uma chamada de atenção da Federação Portuguesa de Futebol já que o equipamento alternativo era apenas autorizado aos Clubes visitados e não visitantes.

Os adeptos que se deslocam a Alvalade já não o fazem apenas para assistir ao jogo, mas também pela curiosidade por lhes ter chegado a mensagem que se propagava de Norte a Sul.

O caminho de ida e volta foi palco privilegiado para novos comícios, o que desorientou ainda mais a já desorientada PIDE.

A partir de agora eles sabiam que já não era possível silenciar o que se passava em Coimbra.

Para complicar ainda mais o Governo Central e Local, fizemos a gracinha de ir ganhar o jogo em Alvalade por 2-1.

Perante esta realidade passámos a ser um alvo a abater.

Para eles a única solução a partir de agora seria fazer tudo para que perdêssemos a eliminatório no jogo em Coimbra já que se tornaria perigoso a nossa ida à Final.

Surpresa das surpresas, ganhámos novamente e agora por 1-0. A novidade desta vez foi a colocação de um adesivo no emblema, na continuação do luto.

As portas do Jamor estavam abertas definitivamente de par em par.

Das Universidades de Lisboa chega a solidariedade.

Contra tudo e contra todos chegámos à Final.

Coimbra e Lisboa mobilizam-se, os estudantes preparam o grande comício no Jamor.

A PIDE está confusa, o Presidente da República pela primeira vez na história das Taças de Portugal recusa ir ao jogo.

O Ministro da Educação que logicamente o deveria substituir tem medo e também não vai. Os jornalistas estrangeiros fazem uma cobertura de tudo o que ouvem e vêem, alguns dos nossos jornalistas habilidosamente colaboram nesse trabalho.

Quando a equipa entra em pleno Jamor a passo, de capa caída, em sinal de luto, as emoções que se sentiam em todo o Estádio, misturam lágrimas com aplausos, une adeptos de cores diferentes, cria uma corrente cada vez mais forte.

Dezenas e dezenas de cartazes com frases a favor da democratização do ensino, do fim da guerra colonial, do ensino para todos, da libertação dos estudantes presos, andam de mão em mão percorrendo as bancadas.

Nada mais resta à Polícia se não cruzar os braços. A mordaza tinha se solto da boca dos portugueses, estudantes e não estudantes.

Os atletas estudantes da A.AC. tinham conseguido através da sua arte de bem jogar, mas também pela sua coragem, vencer o medo aos carros blindados, ao terror dos processos usados pela PIDE.

O País ficou a saber as razões da verdadeira crise académica que se vivia em Coimbra.

A força do futebol tinha acabado de driblar a ditadura.

O resultado desportivo colocou a Académica a vencer aos 83 minutos com um golo de Manuel António. Aos 86 minutos o Benfica empata e leva o jogo para prolongamento. Eusébio marca aos 109 minutos.

OTTO GLÓRIA, com um curriculum invejável, afirma que foi a melhor Final que disputou na sua longa vida como Treinador.

Para que todos possamos recordarmos, mas também para que alguns possam meditar.

Vou ler a constituição da equipa:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

Guarda-Redes: Viegas (Estudante de Engenharia)

Defesas:

Gervásio (Estudante de Direito) Belo (Estudante de Direito) Vieira Nunes (7º ano, 12º ano actual) Marques (Estudante de Direito)

Médios:

Mário Campos (Estudante de Medicina) Rui Rodrigues (Estudante de Farmácia)

Peres (não estudava) Vítor Campos (Estudante de Medicina)

Avançados Manuel António (Estudante de Medicina) Néne (7º ano, 12º ano actual)

Suplentes

Guarda-Redes: Braçares (Estudante de Letra)

Defesas: Curado; (Estudante da Escola Agrícola) Feliz (Estudante de Direito)

Médios

Cupis (Estudante da Escola Agrícola) Rocha (Estudante de Matemática) Artur (7º ano, 12º ano actual)

Avançado

Serafim (estudante do ISCA) Luís Eugénio (estudante de medicina).

Curiosidades, sete destes atletas eram jogadores internacionais seniores e dois internacionais juniores.

A pessoa que v. Exas, acabam de ouvir teve a honra de ser o treinador em todos estes jogos desta maravilhosa equipa da Associação Académica de Coimbra.”

MOÇÃO DA COLIGAÇÃO POR COIMBRA

Considerando o feito desportivo alcançado pela A.A.C./OAF, ao conseguirem estar presentes na Final da Taça de Portugal, o que muito prestigia a “Velha Briosa” mas também a nossa Cidade, ao mesmo tempo que nos aviva a memória da importância que a última presença em Junho de 1969 teve na Democracia que hoje vivemos, propomos:

1- Que independentemente do resultado desportivo, esta Câmara receba neste Salão Nobre toda a comitiva à chegada a Coimbra, desmarcando-se assim do passado, em que a Ditadura não permitiu que isso acontecesse.

2- Que a CMC. através da Direcção dos Veteranos da AA.C. disponibilize transporte que possibilite a presença dos estudantes atletas que vestiram a camisola negra, nomeadamente aqueles que fizeram parte das Finais de 67 e 69, para assistirem ao jogo.

3- Que a CMC disponibilize um autocarro aos Deputados e Presidentes de Juntas de Freguesia, presentes nesta Assembleia, a fim de poderem ir ao Jamor.

4- Que seja colocado um ecrã gigante na Praça da República permitindo que o jogo possa ser visto por quem não for a Lisboa.

5- Que a C.MC. contemple as Colectividades Amadoras com alguns autocarros.

Viva a A.A.C./OAF, viva Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O Partido Socialista queria saudar e subscrever esta moção.

O Partido Socialista queria mais, conjuntamente neste caso com o PSD, também se apropriar dela, também porque, fosse também feito sua, porque em 1962 lembramo-nos todos da bola à barra do Toni e por aí acima o Crispim com a mão na coxa deixar o Jacinto João deixar por terra as nossas esperanças.

Também nos lembramos em 1969, nós Socialistas por trás da baliza passar para nossas mãos aqueles cartazes contra o regime da ditadura. Bem nos lembramos também, quando distinguiram a Secção de Futebol da Associação Académica de Coimbra, por estas ruas de Coimbra a então designada FNAC, hoje INATEL, na rua do Teodoro, no Emissor Regional de Coimbra, onde um vosso companheiro vos dizia, milhares e milhares sócios da Académica estávamos ali apenas aquela hora da manhã, 4 horas da manhã, 20 não mais, passava na televisão naquela Assembleia Magna, também em que nós um conjunto de pequenos estudantes onde eu me incluía 12 ou 13 não mais, votando contra aquela extrema esquerda na altura na Universidade, votando contra a extinção da antiga Seção de Futebol de Coimbra.

Por isso, com todo o gosto subscrevo por baixo e apropriamos o Partido Socialista inteiramente a presente moção.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Naturalmente que registo com prazer o trazermos aqui a coação as memórias em que o desporto e o desporto associativo, teve um papel fundamental na agregação de consciência, no despertar de consciências na juventude e da população em geral para os problemas sociais e políticos que nos afectavam.

De facto sendo, eu ainda muito jovem para ter uma consciência premente, era de facto um miúdo, um puto, mas não me passou ao lado a efervescência que nesse ano atravessou Coimbra.

Tenho hoje, muito presente a imagem da Académica e o peso que a Académica teve na consciência de jovens que despontavam para uma vida ativa e escolar ou outra, e a importância que teve o ano de 1969 em todas a nossa vida, nós já tínhamos alguma noção de existência e daí não poder e penso que estou a falar também em nome dos meus camaradas, não podemos deixar de subscrever esta moção.

Estamos de acordo que nos tempos difíceis que hoje correm, não há melhor do que uma participação massiva em torno da defesa de causas concretas e neste caso estou a falar da Cidade de Coimbra, a que o futebol pode efectivamente dar uma resposta. Como este exemplo aqui foi trazido pode bem ser também uma resposta e aí, se fôr aceite por esta Assembleia, que, nas propostas que aqui foram presentes, devemos estar abertos a que mil camionetas floresçam para a ida ao Jamor, que mil camionetas se desloquem ao Jamor mas que haja uma unidade na defesa dos nossos interesses e temos várias causas comuns. E temos várias causas comuns que em memória de 1969 podemos transportar ao Jamor. Não só o apetite, ou seja pela vitória do Organismo Autónomo de Futebol, mas permita-me o deputado Andrade que eu distinga o Organismo Autónomo de Futebol da Secção de Futebol da Associação Académica de Coimbra, porque são realidades distintas, com histórias distintas ainda que hoje possam ser convergentes. E daí, eu fazer este acrescento fazemos disto uma jornada por Coimbra, fazemos isto por uma jornada pelas causas comuns de Coimbra, falo do Metro, falo da não privatização das Águas, falo daquilo que já aqui aprovamos da não extinção de freguesias, que fazemos disto exemplarmente uma acção coletiva desta Assembleia Municipal, em

memória de 1969. Não seja só iminentemente desportiva, iminentemente uma causa de capa e batina mas uma causa cidadina, frutica, conimbricense e que responda aos interesses de todos nós. Porque arriscamo-nos a excluir se pretendemos que nos aglutinamos por razões externas aos interesses concretos. E daí eu diria estando absolutamente de acordo, façamos disto também uma causa comum na reivindicação por Coimbra, naquilo que é Conimbricense nos aspectos que 1969 nos trazem à memória. Honremos a memória da Académica desse tempo, transportemos para a Académica de agora esta memória e se calhar ganha a Académica e ganhamos todos nós. Porque ganha Coimbra. Estou absolutamente de acordo com a moção apresentada.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE)

“Em nome do Bloco de Esquerda e pessoalmente também, de saudar vivamente a excelente intervenção do deputado Andrade. Dizer que também tinha 12 anos, lembro-me muito bem, já ía ao futebol ver a Académica e recordo-me muito bem da Crise Académica aqui nesta cidade. Queria registar justamente esses acontecimentos aqui em Coimbra foram os germe do posicionamento político e ideológico, que hoje me situo que muito contribuíram para ainda inconsistente como é óbvio mas para um criação duma consciência, que se viria a afirmar um pouco mais tarde, comecei a militar com 15 anos, no movimento estudantil associativo, e portanto as coisas não nascem por obra do acaso. Dizer muito breve, que subscrevo inteiramente, tenho algumas dúvidas sobre a moção apresentada para os autocarros, para os deputados podem ir de comboio. Mas simplesmente só queria acrescentar uma coisa, que vai na linha um pouco daquilo que o deputado Pinto Ângelo acabou de dizer que é: Gostaria de fazer um apelo nomeadamente á juventude que vem aqui, um movimento alternativo (és Tu), por exemplo, também aproveite saudando no fundo e dignificando, e relembrando o carácter cívico contestatário crítico da juventude que faça da festa do Jamor, uma festa de protesto e de resistência a política que em nome da austeridade estão justamente a cilindrar literalmente a esperança de vida e de projetos de vida dos nossos jovens mas de uma forma geral da população toda. É tempo de futebol mas pode ser também, como a lição que em 1969 nos deram é que o tempo do futebol e do desporto, também pode ser um tempo de intervenção política cívica, crítica, consciente e de alertar as consciências, é esta nota pequena que deixo aqui em aberto para a vossa reflexão.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“Eu sou do tempo em que paralelamente aos Presidentes de Junta, existiam os regedores, os cabos de ordem, legionários, sementes do mesmo saco. Para se chegar ao Senhor Presidente homem colocado no cargo pelas Câmaras e da sua inteira confiança era sempre uma tarefa difícil, por vezes impossível. Se a pessoa estava na cadeira das influências do Presidente tudo era fácil e assim o desenvolvimento das terras andava ao sabor desta máquina complicada e tenebrosa.

O fornecimento de água e saneamento por vezes era feito em localidades longe da sede do Município em detrimento de um programa lógico, apenas para se pagar um qualquer favor a um qualquer senhor influente naquela terra.

Os senhores que aceitavam esses cargos não eram remunerados, mas o jogo de influências trazia-lhes tantos resultados, que as suas vidas mudavam para melhor, bons empregos para si e para os seus, bom acesso a cuidados médicos, acessos fáceis à educação, lazer e outras benesses.

Coitada da pessoa que caía em desgraça do Senhor Presidente e restante equipa. A irreverência pagava-se caro.

Eu sou do tempo em que ultrapassada esta fase má da história, numa madrugada o povo acordou em liberdade, estávamos na revolução dos cravos. As mudanças fizeram-se sem sobressaltos, os senhores Presidentes de Junta entregaram pacificamente as suas responsabilidades a comissões administrativas que norteadas pelas regras democráticas até que se fizeram eleições livres e o povo elegeu os seus representantes, Juntas e Assembleias de freguesia.

O desenvolvimento verificado no território nacional por via desta gestão Autárquica, foi tal que hoje não estando tudo feito o mais importante está. Acessibilidade, serviços, abastecimento de energia elétrica e água, saneamento, desporto e lazer, trouxe melhor qualidade de vida.

Se a desertificação do interior está a acontecer hoje, não é pela falta deste desenvolvimento, mas sim pelo acabar de muitas destas conquistas.

Acabaram as Escolas, Correios, Postos da E.D.P., GNR, Centros de Saúde, transportes, etc.,

Nos primeiros mandatos os eleitos não eram remunerados, hoje dá-se na maioria dos casos um complemento para encargos que ronda os 250 euros mês, pela média do seu Presidente e vogais do executivo.

Eu sou do tempo em que por força de uma crise que as Juntas de Freguesia não foram culpadas minimamente, uns senhores entraram no País e pretendem resolver não só os problemas económicos mas também a reorganização administrativa do mesmo, em que só as Juntas entram.

Há-de fazer-se a história e nela há-de constar quem forneceu os dados à Troika, pois por muita capacidade que estes senhores tenham não era em tão pouco tempo que tiravam a fotografia ao nosso País desta forma, tão abundante e nem sempre com critérios sérios.

O Poder Autárquico Democrático constitui aquilo que de melhor se fez em democracia, e o bom entendimento entre Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, como é o caso de Coimbra, em que se tem realizado obra.

A Câmara de Coimbra conhece em absoluto as ambições das Juntas e se dinheiro houvesse, as respetivas Juntas faziam obra a bom preço e com eficiência.

Quando tudo se pensava que estava a correr bem eis que, com o argumento da Troika se pensa em reorganizar o território. Começa-se pelo documento verde, trabalho considerado à partida pelos seus mentores de pouco inteligente, estudo cego, que não teve em conta as realidades locais, era um estudo de régua e esquadro que logo que detetava o galo das Igrejas matrizes, media a distância à sede do concelho, depois consoante a classificação da zona vinha a guilhotina e extingue-se.

Agora aparecem outras regras, que dizem ser melhores, mas no meu entendimento e de outros é pior, pois transporta para as partes em causa, Câmaras e Juntas de Freguesia a entenderem-se, e caso isso não aconteça alguém vai resolver por eles e ainda por cima os penaliza. Estranha forma de fazer política, esta, à martelada.

No caso concreto da minha freguesia (Castelo Viegas), o conhecimento que temos é, que já existia em 1122 como freguesia Paroquia, era concerteza uma entidade importante pois pelo que se lê em documentos Penacova vinha ali pagar os seus direitos.

Por abandono no estudo de áreas de construção, nomeadamente o P.D.M. a freguesia não aumentou de população e muitos foram os filhos da terra a fazer as suas vidas nos concelhos vizinhos. A falta de conclusão de um plano estratégico para as freguesias não dá uma solução para o que se quer e admite e por um estudo baseado no Instituto Nacional de Estatística considerasse aquela freguesia de maioritariamente urbana, quando pelo atrás exposto a construção não é permitida.

Castelo Viegas teve a sorte de possuir e conviver bem com Instituições de reconhecido mérito tais como Universidade Vasco da Gama, Hospital Sobral Cid, Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Quintas bem tratadas, Centro Social, Posto Médico, Horta Comunitária de Castelo Viegas no terceiro ano de produção, Confraria das Couves de Castelo Viegas a Segunda Confraria do Concelho, a seguir à Confraria da Rainha Santa de nada lhe valendo para além do “acabe-se.”

Alem da limitação de mandatos colocou mesmo saco quem está no terceiro mandato ou no vigésimo, àquela Junta não se pode candidatar mas pelas informações recentes já o pode fazer a outras Juntas profissionalizando assim um órgão que só tinha a ganhar quando os seus elementos funcionavam em regime de voluntariado.

Se esta lei era para acabar com os vícios arranjados pelo excessivo tempo dado àquela freguesia, o profissional agora tem a possibilidade de os levar para outra freguesia, e para a sua se fôr anexada, porque o que para ele conta não é o amor à causa, mas sim o seu meio de subsistência. Ressalvo como é natural, as mulheres e homens que não estão aqui espelhados nesta situação.

Senhor Presidente da Câmara é por nós reconhecido de que V. Exa. não está de todo com este processo, não é fácil para V. Exa. e seus companheiros de Partido viverem este momento, mas Senhor Presidente a história identificou pela positiva quem sabe dizer não, evite que eu seja o coveiro da freguesia de Castelo Viegas, assim como os restantes Presidentes de Junta em igualdade de circunstâncias.

Não queira Senhor Presidente acabar com aquilo que lhe tem sido fácil gerir, não queira ser o Presidente 15%, valor ridículo porque querem comprar as vossas consciências.

No sábado dia 3 de Março os Autarcas de freguesia do nosso Distrito vão manifestar-se em Coimbra.

Em Dezembro pudemos contar com a solidariedade desta Assembleia na aprovação de uma moção que a ANAFRE aqui apresentou. O que pedimos é que no sábado nos acompanhem nesta ação que hoje é por nós, amanhã será pelo Município.

VIVAM AS FREGUESIAS PORTUGUESAS.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Caros colegas, se me permitem companheiros, colegas, camaradas e amigos autarcas de freguesia. Isto porquê. Porque a causa das freguesias não veste camisola política, e não tem cor política alguma, é tão-somente uma questão de princípio e tão-somente aquilo que é fundamental para o bom e para o funcionamento do Estado, ou seja, a existência e a continuidade das freguesias.

Permitam-me dizer o seguinte:

É sabido qual é a minha posição pessoal e também como coordenador da Delegação Distrital da ANAFRE, crítico à forma como tudo isto tem sido feito, à forma injusta, incorreta e inqualificável como os autarcas de freguesias têm sido tratados.

Naturalmente na Assembleia de Dezembro, votou-se uma moção, contudo, pena foi, não posso criticar os deputados de outros partidos, mas falo para o meu partido. É um direito e como democrático, respeito a posição de cada um, mas acho que os deputados pelo meu partido se esqueceram que foram eleitos também com os votos da minha freguesia, porque eu sou eleito diretamente e eles são eleitos pelo método de Hent. Havia a obrigação e o dever de solidariedade com os colegas de freguesia.

Não sou menino de mandar recado, mas sou menino de dizer na cara aquilo que penso e que devo dizer.

Tirando este à parte que era aqui que eu deveria dizer hoje, devemos estar todos unidos nesta causa, deviam estar unidos ao lado dos autarcas de freguesia.

Quando fizemos o nosso encontro distrital, tivemos a honra e o prazer de ter como orador o Senhor Presidente da Câmara Dr. João Paulo Barbosa de Melo, e disse o seguinte:

As freguesias são um assunto sério. Mostrou aí antes do livro verde, ou qualquer proposta de reforma a sua preocupação e o seu reconhecimento pelos autarcas de freguesia. Fico-lhe muito agradecido pela sua atitude, e a gentileza que teve connosco nesse dia. Não podemos esquecer os bons momentos e esse foi um bom momento.

Naturalmente, hoje o dia poderia ficar na história, ou poderá ficar na história de duas maneiras. Como um dia histórico, ou como um dia negro, depende dos protagonistas. Aqueles que acham que isto é, um desígnio nacional, dirão que é um dia histórico, aqueles que acham é um disparate, que é uma asneira para o País, irão dizer que isto é um dia negro. Porquê? Porque hoje é debatido em sede da Assembleia da República este caso, e a proposta de lei que naturalmente eventualmente amanhã será votada e desce à comissão competente.

Nós autarcas de freguesias tínhamos razão, não estamos agarrados ao lugar, estamos é disponíveis numa situação difícil do País, para com este ou qualquer outro governo, dentro das nossas capacidades, ajudar a desenvolver o País, ajudar a desenvolver as nossas freguesias e simultaneamente dar o nosso pequeno mas grande contributo para que o País rapidamente saia da situação em que se encontra.

Portanto, é uma asneira numa situação destas, quando deveríamos concentrar as energias naquilo que é fundamental para o País estamos aqui a discutir se ficam mil e quinhentas freguesias, se ficam quatro mil e tal freguesias, ou ficam duas mil e tal freguesias. Isto não é fundamental para resolver os problemas do País neste momento. Isto até, porque não é uma questão de finanças, as freguesias representa 0,09 menos de 1% do Orçamento Geral do Estado, e não foram elas seguramente que contribuíram para o desequilíbrio das finanças públicas. Seguramente, não foram elas! Que hajam outros responsáveis e não as freguesias! É tão injusto como nisto. É que a nova proposta, caíram os critérios da famosa distância que era um disparate, a natureza e a tipologia das freguesias caíram também, e finalmente colocaram e integraram aquilo que dissemos critérios de natureza qualitativa, como um aspeto histórico e cultural da identidade da própria freguesia. Afinal tínhamos razão, sabíamos alguma coisa. Mas de facto é tão ridículo como isto. É que para as freguesias a agregação é por imposição, para os municípios, de facto é por regime voluntariado. Esta noite sonhei que havia um município no distrito de Coimbra que se calhar é o primeiro a aderir a isso, se calhar era o primeiro para dar o exemplo no País, não vale a pena dizer nomes, porque as pessoas lá merecem respeito. Porque isto é, estar a passar um atestado de incompetência, estamos mesmo a ver que os municípios se vão juntar à mesa, e vão dizer que nós também nos vamos agregar. Ninguém vai cumprir isto. Bem, estive a Associação Nacional de Municípios mais vale tirar esta frase, bem, estive a Associação Nacional de Municípios com a sua atitude, com a sua posição crítica ao que está proposto.

Outra injustiça, os que se agregarem no regime de voluntariado por proposta recebem 15%, e os outros não recebem coisa nenhuma. Mas diz mais, será inscrito no Orçamento Geral do Estado, até ao fim do mandato seguinte a agregação. E o resto, e os outros anos? Que historia é esta? E os outros não têm direito a nada? Isto é estarem a fazer chantagem! Ou agregam-se ou então de facto não levam nada; não é assim que se fazem as coisas. E a Comissão Técnica, outra injustiça os outros decidem pelas freguesias, ou seja, o parecer ou deliberação da Assembleia de Freguesia não é vinculativo, a posição da Câmara e da Assembleia Municipal não é vinculativo, e pode haver algum iluminado em Lisboa que vai decidir pela Câmara, pela Assembleia Municipal e pela Assembleia de Freguesia. Que legitimidade política, que esses indivíduos têm para decidirem por aquilo que é do nosso município e pelas freguesias do nosso município? E depois a Constituição a quem diz respeito diretamente as freguesias que nelas tem um representante, a Associação Nacional de Municípios tem um representante, a Tutela tem um representante, claro que a Assembleia da Republica terá quatro naturalmente, os outros decidem sempre por nós!

Meus amigos, permitam-me dizer isto, naturalmente que nós autarcas de freguesia são pessoas educadas, corretas e civilizadas.

Sábado, pelas 15 horas haverá aqui lugar uma tomada de posição pública, digamos que não é nenhuma manifestação, é um encontro de homens e mulheres, que defendem as freguesias, para de facto também no Terreiro do Paço saberem que nós estamos dispostos a colaborar com o País a lutar ao lado do País, ajudar o País nas circunstâncias em que vivemos. Muito mais

hoje, que faz todo o sentido a existência das freguesias porque se estão a substituir ao Estado Central, nomeadamente na área da acção social, respondendo rapidamente àqueles que mais necessitam e mais precisam. Parece que na Reforma Administrativa esqueceram-se que hoje o quanto é importante as freguesias no seu papel social.

Para terminar queremos sim, tão-somente isto:

Preservar e defender as freguesias, que respeitem esse princípio, e que façam uma coisa pelo menos na vida, que haja reconhecimento do Poder Central da sua importância e da sua necessidade para o funcionamento do Estado.

Para isso, que nos dêem as competências adequadas, a nós e ao Município, às Câmaras Municipais. Mas que nos dêem também as dotações financeiras necessárias, a nós, permitam-me e também para os Municípios, porque se assim o fizerem e não nos estrangularem em termos financeiros todos os anos com cortes sucessivos no fundo de financiamento das freguesias seguramente haverá melhores resultados, melhores proveitos e a criação de condições de bem estar para cada uma das nossas populações. Portanto, meus amigos a posição João Pardal será sempre ao lado dos colegas e será contra um processo que nasceu torto e continua torto e dizia a regra do bom senso que houve tempo suficiente se as coisas não estavam bem, para o ter suspenso no tempo e no momento certo.

Portanto, conto com todos, estaremos lá, porque de facto isto é uma causa como eu disse no início sem qualquer cubismo político, é a causa tão somente das freguesias.”

Intervenção do deputado municipal Hugo Rodrigues (Por Coimbra):

MOÇÃO

“Estando o País a passar uma grave situação económica que também atinge os órgãos de poder local, todas as formas de economizar são importantes.

Neste sentido, e tendo em conta que toda a documentação das assembleias municipais existe em suporte digital, e que já existe uma plataforma documental, nesta câmara municipal proponho que seja permitido aos deputados municipais solicitarem a documentação em formato digital.

Isto permitia não só poupanças económicas, mas também ambientais e melhoria na rapidez na entrega da documentação aos membros desta assembleia.

Assim, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere que seja fornecido aos deputado municipais a possibilidade de em alternativa à documentação em formato de papel, receberem esta mesma em formato digital.

O Deputado Municipal da Coligação “Por Coimbra” PPD/PSD-CDS/PP-PPM”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

“Venho aqui hoje para dizer que subscrevo em absoluto a moção apresentada pelo Francisco Andrade. Mas penso, que era importante, que, tendo em conta a vitória da Académica em 1969, tendo em conta as presenças no Jamor, em 1969 e 1972, tendo em conta a presença no Jamor em 2012, e como à pouco o Francisco Andrade disse e muito bem, na sua proposta, independentemente do resultado desportivo, que se propunha que a Câmara Municipal homenageasse estes atletas eu queria dar um passo em frente, queria propôr à Câmara Municipal, é que a equipa de 1969, a equipa que de facto no plano desportivo

foi derrotada na final da taça, 43 anos depois ainda não foi homenageada pela Cidade, pela sua capacidade de intervenção. Não só pelas sua capacidade desportiva, que é reconhecida por todos e pelos Conimbricenses também, mas principalmente pela sua capacidade de intervenção política, pela sua capacidade de intervenção cívica, pela sua capacidade de irreverência, pela capacidade de nos juntar a todos em prol de objectivos comuns. De forma que queria propôr este passo e queria propor à Câmara Municipal de Coimbra que, 43 anos depois independentemente do resultado de 2012, se faça uma homenagem à equipa de 1969.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Também subscrevo a moção do Francisco Andrade que teve o mérito de ser o treinador da equipa de 1969. Eu estava a dizer aos meus colegas que ele tinha que falar porque ele tinha sido o treinador da equipa nessa época, mas sem direcção não há equipa meus senhores, sem um trabalho directivo não há equipa, e eu ouvi aqui falar e bem da vinda dos atletas à Câmara, não tenho nada a opôr!

Mas como dirigente da Académica, também gostaria que alguém tivesse à amabilidade e habilidade de falar nas pessoas que construíram esta equipa que vai ao Jamor. Sobre esses palavra “zero”.

Dizer também, enquanto dirigente da Académica, que o Futsal da Académica, da época passada também subiu à primeira divisão, ninguém desta Casa nos convidou, ou fez questão de sermos aqui recebidos, por esse feito. São coisas que também não esquecem e são coisas que não posso deixar passar porque também é Académica. A Académica é um todo, a Académica com o devido respeito por todos, a Académica neste momento é um Organismo Autónomo de Futebol que vais à final do Jamor! Sejamos clarinhos! Sejamos clarinhos também ao dizer que essa mesma Académica que vai orgulhar Coimbra.

Estou certo que se tudo correr bem, vamos conseguir ganhar ao Sporting.

Como é evidente, não é difícil são onze contra onze, se o campo não estiver inquinado para um dos lados, o resultado logo se verá.

A segunda questão, que eu queria aqui saudar, são as intervenções dos meus dois colegas autarcas, Carlos Ferreira e João Pardal.

Dois com a mesma questão, que eu obviamente também quanto autarca estou plenamente de acordo, mas quero dizer ao João Pardal que ele parecia o Clemente quando se zanga, disse nos olhos nos olhos, cara na cara.

Porque de facto, a atitude de alguns deputados na Assembleia de Dezembro foi miserável, falta de solidariedade para com os Presidentes de Junta, alguns disse eu.

Indo a outra questão, que tem haver com a minha freguesia, e direccionada ao Senhor Presidente da Câmara, porque é a ele que tenho que pedir essa responsabilidade, a Baixa de Coimbra, já não basta os problemas do comércio tradicional, a falta de pessoas a frequentarem a Baixa de Coimbra, foi um mito que se criou, já não falta isso, para sermos presenciados com sacos do lixo a partir de segunda feira, em plena Baixa da Cidade de Coimbra. Isto é, miserável! É miserável tanto assim, que dizem (Há Greve), seja justa ou não

todas as greves são justas, a democracia permito-o, mas a Câmara tem a obrigação e o dever de resolver o problema, não pode deixar a Cidade de Coimbra a Baixa de Coimbra no estado deplorável, em que um órgão de comunicação social trouxe à coação fotografias das ruas da Baixa em que pessoas poucas mas lixo muito.

A segunda questão sobre esta matéria prende-se com a vergonha que está a acontecer em frente da Clínica da Sanfil é tão simples quanto isto:

Às 17 horas, convido os responsáveis dos serviços de higiene da Câmara Municipal de Coimbra a passarem no passeio em frente à Sanfil é uma vergonha os contentores já não chegam para o amontoado de lixo.

Quero aqui também, fazer referência e saudar porque ele é um autarca o João Pardal, que ontem liguei-lhe e mandou um carro retirar a montadora de lixo que estava depositada em frente à Clínica da Sanfil.

Senhores deputados, senhor Presidente da Câmara estamos em Coimbra, estamos na Baixa de Coimbra, eu há dois meses pedi ao Município de Coimbra que me transferissem os contentores do passeio da Sanfil para o lado oposto onde estão ecopontos, mas acho que a mudança dos contentores deve ser como o Metro Ligeiro de Superfície, devagar devagarinho e não se faz!

Chega-se ao cúmulo do lixo ser tanto, que as funcionárias da Sanfil, já começam a colocar os sacos junto aos ecopontos.

Não é sério, não é simpático e fica mal a Coimbra, e muito mal fica ao município de Coimbra.

Um outro assunto que trago aqui também na qual a Junta de Freguesia fez questão e é aqui que nós tiramos partido para dizer o que nos vai na alma, e dizer também que não obtemos respostas tem haver com uma ideia brilhante que já nós junta de freguesia manifestamos ao Senhor Presidente com a criação da Casa do Comerciante, promessa feita pelo anterior Presidente Dr. Carlos Encarnação, em campanha eleitoral, mas a verdade é que não foi dado passo nenhum.

Sei que na última reunião pública da Câmara, vários comerciantes, vieram a esta casa levantar esta questão. Sei também que o senhor Presidente da Câmara Dr. João Paulo Barbosa de Melo, mostrou alguma abertura para esta situação.

É urgente que seja aproveitado o espaço, que existe na Travessa da Rua Velha chamada Telha Amiga, cujo projecto foi magnífico, a ideia foi genial, só que as pessoas não aderem, uma obra que estava prevista levar 12 utentes, tem lá 4 utentes.

A própria casa de repouso de Coimbra já equaciona a revogação do protocolo. Poderíamos pensar ali, transferir e fazer uma obra magnífica, para Coimbra para apoio ao comerciante, que era a criação da Casa do Comerciante, com lar com as valências, porque temos comerciantes na Baixa de Coimbra no risco da miséria.

São estes apontamentos que queria aqui deixar, sendo certo penso que o senhor Presidente passou ao lado do que eu disse mas eu a próxima, cá voltarei outra vez, a chamar a atenção.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stº Antº dos Olivais:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

“Queria dizer ao senhor Clemente o seguinte:

Quero dizer que a minha concepção sobre a Académica é muito diferente da dele, quando falo da Académica, falo num todo, desde o Presidente ao roupeiro. Essa é a minha concepção na Académica.

Segundo ponto para que o Senhor Clemente ouça, aquilo que eu disse, na minha moção eu digo o seguinte:

Que independentemente do resultado desportivo, esta Câmara receba neste Salão Nobre toda a comitiva à chegada de Coimbra.

Acho que chega o que disse.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz:

“Trago aqui três ou quatro questões, já não é a primeira vez que o faço, e logicamente se não forem resolvidas, outras vezes virei aqui!

Duas delas estão relacionadas com o responsável pelo pelouro de higiene e espaços verdes. Pessoa que já a alguns tempos a esta parte eu não vejo aqui junto de nós. Gostaria que ele nos ouvisse porque era capaz de ser diferente do que estar depois a ler as atas.

Um dos casos é na Conchada, naquele espaço verde que circunda o Bairro Social da Câmara Municipal, onde antigamente existia um velho edifício chamado Casarão.

Costumo dizer as pessoas que os espaços verdes, se existem têm de ser cuidados, caso contrário acabasse com eles.

Aquilo é um espaço bastante grande envolvendo três blocos de habitações, é um espaço camarário e simplesmente a Câmara raramente lá vai e quando vai fazer qualquer coisa é a pedidos sucessivos que da Junta de Freguesia de St^a Cruz, pressionada pelos moradores daquele bairro. Claro que as pessoas grande parte delas são de origem humilde, e costumo até dizer, como há alguns tempos a esta parte se dizia (aquele pessoal é da conchada). Mas efetivamente já não são aquilo que eram há algum tempo atrás mas verifica-se que falando de outros espaços geograficamente na Cidade aquele relvado aquilo não existe, portanto são caniços, ervas daninhas, são arbustos que não são podados. Penso que a própria Câmara havia de olhar com mais atenção para aquela situação, inclusivamente não existe qualquer ponto de água para fazer a rega daquele espaço. Pergunto como é que as plantas e arbustos a rega é feita, logicamente quando chega o tempo seco aquilo tudo pura e simplesmente desaparece.

Outro assunto, para corroborar a intervenção do senhor Carlos Clemente, colega e amigo da Junta de S. Bartolomeu, eu acrescento que a Cidade de Coimbra não é só a Baixa que está suja. Penso que, poucos sítios existem onde Coimbra esteja limpa.

Há uns anos atrás os carros do lixo, tinham como publicidade Coimbra Limpa tem mais encanto, se fosse limpa! acrescento eu! Já para não falar dos recipientes de lixo, que é um cheiro nauseabundo, as pessoas põem o lixo fora dos mesmos porque têm nojo de abrir o recipiente do lixo. Nunca vi qualquer entidade ou pessoas a lavar os contentores do lixo, nós Junta de Freguesia há alguns tempos a esta parte andamos a lavar os recipientes de 800 litros na Pedrulha mas não podemos e não devemos andar a lavar esses recipientes por

toda a freguesia, não devemos porque os cidadãos pagam no consumo de água uma taxa de lixo e não é tão pouco como isso.

Outra situação é uma passagem superior em Vale Figueiras.

Vai fazer no próximo mês de Junho 3 anos que um carro descontrolado desceu a ladeira de Vale Figueiras e foi contra um pilar da passagem superior. A Câmara sabe quem foi, o indivíduo não tinha seguro não sei se a Câmara está a espera de resolver esta questão com alguém, a Câmara passados uns meses mandou lá colocar paralelamente às escadas e ao pilar que estava inclinado e as escadas estavam perigosas para serem utilizadas, fizeram uma escada paralela em madeira, e ferro e já lá vão dois anos e meio e aquilo continua na mesma. Pergunto o Câmara está à espera para acionar o seguro, penalizar quem fez aquilo, porque a pessoa está identificada, ou então que mande arranjar aquilo, porque aquilo está num estado de degradação e as pessoas criticam e com razão. Em relação ao envio dos documentos digital da Assembleia para as freguesias talvez a Câmara poupe papel mas depois são as juntas de Freguesia que tem de começar a gastar papel, toner, para podermos acompanhar os assuntos temos que ter os documentos em mãos porque não temos computador para trazer por isso tem de ser imprimidos os documentos.

Penso quem quiser pode pedir no formato digital mas para quem não o faça tem que ir em papel. Porque poupamos na Câmara para se gastar mais nas Juntas que estas já têm muito!”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Queria em primeiro lugar não deixar de dizer aqui dizer ao nosso Presidente e ao insigne cidadão Francisco Andrade, quem mais efetivamente poderia falar assim, perante esta grande instituição que nós também consideramos como um todo, que é a Briosa, a Académica, que há muitos anos nos orgulha de ser efetivamente uma instituição indissociável na história cultural, da história social, da história económica de Coimbra. Bem haja meu caro Francisco Andrade por tudo aquilo que disse.

Nós gostaríamos muito, efetivamente que, na próxima visita ao Jamor, de alguma forma repetíssemos aquele grande feito da época de 38/39, em que a Académica ganhou o final da Taça de Portugal.

Essa também foi um feito, talvez a maior conquista desportiva da Académica, na altura a Académica ganhou 4-3 ao Benfica. Agora esperamos no Jamor, que a Académica possa repetir esse feito.

O Francisco Andrade que em 68/69, nos honrou a todos sendo o treinador dessa extraordinária equipa que há pouco referiu, espero que também contribuía e continue a contribuir com o seu entusiasmo e continue a acompanhar a todos nós também no entusiasmo, que é ser dessa grande Instituição.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, temos assistido a algum tempo com grande preocupação a algum recrescimento de insegurança porque tem existido alguns problemas ao nível da marginalidade criminal nesta Cidade e também no País. Gostaria de recomendar no sentido do Conselho Municipal de Segurança, poder pelo menos emitir algum parecer conforme decorre da própria lei, no sentido de se pronunciar em relação aos índices de segurança do

Município e também com algum dispositivo legal de segurança e qual a capacidade operacional das forças de segurança no sentido de minimizar pelo menos o alarme social que todas as notícias que têm vindo a lume diariamente nos jornais tem incomodado os cidadãos de Coimbra, os cidadãos da região os cidadãos de Portugal.

Não poderia deixar de me referir também à questão da tal proposta de Lei 44/12, que o Governo vai apresentar à Assembleia da República, em relação à Reforma da Administração Local.

Ouvi com toda a atenção, as intervenções dos senhores Presidentes de Junta, quer senhor João Pardal, quer o senhor Carlos Clemente e penso que, o senhor Presidente de Junta da Freguesia de S. Bartolomeu, se pronunciou de uma forma um tanto excessiva em relação aqueles deputados, que na última Assembleia Municipal disseram que efetivamente, reservavam a sua posição para dizer aquilo que iriam pensar, ou que pensam acerca desta Reforma, na próxima Assembleia ou na Assembleia que fosse designada para o efeito.

Esta proposta de Lei prevê efetivamente que as Assembleias Municipais possam emitir uma deliberação de pronúncia ou o contrário. E quando alguém, nesta Assembleia, seja deputado, seja presidente de junta, e muito bem, emite a sua opinião tem todo o direito de o fazer.

Há pouco quando o Francisco Andrade falava em 1969, nós não estamos em 1969 em que era preciso pedir autorização ao Estado Novo para alguém criticar ou dizer aquilo que pensa sobre algo que está em discussão.

Quero dizer que esta proposta da Reforma da Administração Local surge no âmbito de um programa de assistência económico e financeira que fomos obrigados a assinar perante a Comunidade Internacional.

E, nós não colocamos nem criticamos as circunstâncias em que o mesmo foi assinado, mesmo no âmbito do anterior Governo do Partido Socialista, porque percebermos que não era fácil de ultrapassar as limitações e os constrangimentos que na altura se viviam e hoje continuamos a viver.

Nós sabemos perfeitamente em que circunstâncias foi assumido a redução significativa nas freguesias. Se me perguntarem qual é a minha opinião pessoal, isso é outra coisa.

A questão que aqui se coloca, a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, não vejo problema nenhum que esta moção seja votada, gostaria de alguma forma aprofundar muito mais, este tema numa Assembleia Municipal. Não pretendo de alguma forma condicionar a minha posição, agora uma coisa é certa, ninguém vai coagir para dizer que estamos a favor ou que estamos solidários, ou que o deixamos de estar, só porque alguém acha que devemos falar de uma certa maneira, não é assim! Temos que ter algum respeito também por aqueles que efetivamente emitem aqui as suas opiniões, porque não são miseráveis. Além do mais quero dizer o seguinte:

Eu posso dizer, em termos de manifestação, e aqui Senhor Presidente peço desculpa por um pouco mais, porque a questão da honra, não é só a honra material, também é a honra moral e honra política, posso fazer à vontade a minha declaração de interesses, nesta Assembleia. Eu, disse, quando disse que efetivamente reservava a minha posição para uma discussão mais alargada nesta Assembleia disse-o e naturalmente disse-o com toda a minha consciência

porque conhecia e conheço e tentei de alguma forma aprofundar, todas as questões que estão aqui pertinentes. Mas atenção, eu, como disse há pouco, posso fazer à vontade declaração de interesses porque nunca aqui discuti fosse o que fosse, que tivesse a ver com a minha vida pessoal, nesta Assembleia, nunca, nem o farei.

É por essa razão que tenho a consciência ética, e a consciência política e um á vontade e a liberdade de dizer exatamente aquilo que penso no momento próprio, e isto faço de alguma forma extensiva aqueles deputados que de alguma forma poderiam ter pensado assim ou de alguma forma com o devido respeito, porque sempre manifestei todo o meu respeito por tudo aquilo que alguém disse aqui de acordo com aquilo que pensava.

Portanto, aqui não existiu posições nem miseráveis, nem posições que alguma forma se assemelham da situação.

Portanto, senhor deputado nos temos que nos respeitar e nos elevar o âmbito desta Assembleia.

Em relação ao Bloco de Esquerda quero dizer o seguinte:

A moção que foi apresentada, em relação à Criação do Programa Pequeno-almoço na Escola. Também pensamos e percebendo a situação difícil do País, a situação em que muitas das nossas crianças se encontram, as famílias e os portugueses, em que o desemprego graça, infelizmente neste País, eu percebo perfeitamente a boa intenção que daqui resulta.

Não vemos qualquer dificuldade também em voltarmos favoravelmente esta situação.

Em relação às outras moções, designadamente à moção que foi apresentada para que, se delibere que seja fornecido aos deputados municipais a possibilidade de alternativa à documentação de formato de papel por formato digital, por minha parte não vejo inconveniente nenhum no assunto.

Quanto à questão dos feriados, o problema já é mais problemático.

Naturalmente que, o País não deve a sua independência só aos eventos que ocorreram nessas datas, também deve a sua independência e a sua soberania a outros eventos tão importantes como esses, e de forma que, atendendo as circunstâncias em que o País se encontra, pensamos que efetivamente é uma situação em relação à qual não nos iremos pronunciar favoravelmente.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Venho justamente aqui para apresentar a moção, justamente sobre o processo da Reforma Administrativa, da lei que hoje está em discussão na Assembleia da República, a Lei 44/12, e que em sínteses, propõe que esta Assembleia aprove uma posição no sentido da defesa da realização obrigatória de consultas locais nas autarquias afetadas, quando após estudos adequados situações que estejam em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais.

A qual passo a ler:

MOÇÃO

Sobre a proposta de lei nº 44/XII, em defesa da realização obrigatória de consulta popular

O governo apresentou na Assembleia da República a proposta de lei n.º 44/XII conducente, entre outras medidas, à extinção de mais de 1.300 freguesias.

Relativamente ao “Documento Verde para a reforma da administração local”, a proposta de lei introduz agora alterações, ainda mais inexplicáveis, aos critérios então definidos para a agregação, redução ou extinção de freguesias. Mas o objetivo final mantém-se inalterado: reduzir drasticamente o número de freguesias.

Da aplicação dos critérios agora previstos resultará necessariamente o surgimento de muitas mais freguesias, sobretudo na zona litoral, com mais de 20.000 habitantes, enquanto que, no interior do país, a maioria dos municípios tem menos de 10.000 eleitores. As assimetrias na administração territorial serão ainda mais acentuadas e a centralização do poder (que tanto tem prejudicado o ordenamento dos espaços urbanos) afastará ainda mais as populações da participação e das decisões sobre a organização do território. E as alterações propostas também não têm em conta que, na Europa continental, não existe a freguesia como entidade territorial local e que é de 5.580 habitantes a dimensão média nos mais de 90.000 municípios existentes na União Europeia.

As freguesias, porque se entrelaçam no longo processo de ocupação do solo e pela sua proximidade às comunidades, constituem ainda hoje um elemento muito forte na identidade e sentimento de pertença das populações. As mudanças ocorridas desde 1916 (quando a paróquia civil passou a designar-se “*freguesia*”) na distribuição da população, na construção dos equipamentos e na ocupação e usos do território, não aconselham a extinção de um número tão grande de freguesias, antes incitam ao reforço das suas competências, à melhoria da participação pública e ao aprofundamento da democracia local. A proposta de lei não aponta nessa direção. É assim uma oportunidade perdida.

A Constituição da República já dispõe que a criação, extinção e modificação de autarquias locais e respectivo regime é da exclusiva competência da Assembleia da República (artigos 164.º, alínea n), e 236.º, n.º 4). Contudo, a relevância do tema, para além da intervenção dos autarcas e deputados impõe a maior participação pública nos procedimentos que introduzam alterações significativas ao regime das autarquias locais. Nesse sentido, a Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL), assinada a 15 de Outubro de 1985 e que vincula o nosso país, aponta para um novo elemento: a consulta popular, designadamente através de referendo. O seu artigo 5.º assim o refere: “*As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita.*”

Para concretização deste desiderato democrático, a lei deve determinar que a audição dos órgãos das autarquias locais afectadas tenha carácter vinculativo e com prazos adequados à realização de consultas diretas às populações, quanto à decisão final sobre a respectiva organização administrativa territorial.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 1 de Março de 2012, delibera:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

1 – Rejeitar a proposta de lei n.º 44/XII, considerando que ela não responde de forma adequada às necessidades e anseios dos autarcas, das populações e do país.

2 - Assumir a defesa da realização obrigatória de consultas locais nas autarquias afectadas, quando, após estudo adequado das situações, esteja em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais.

O deputado Serafim Duarte apresentou outra moção:

Moção

Criação do Programa Pequeno-almoço na Escola

A escola pública e as comunidades educativas não podem fechar olhos à multiplicação de situações de carência, decorrentes da atual crise económica e social em que vivemos.

Muito do que foi tornado público surge pela voz de professores, funcionários e associações de pais que procuram encontrar respostas e apoios para as diferentes situações. Nesse sentido, circulou uma petição pública, que, recentemente, foi entregue na Assembleia da República. Respondendo a sucessivos apelos de vários setores da sociedade, a criação de um programa de emergência deste tipo terá enorme impacto positivo nas escolas e na vida de milhares de crianças e jovens.

Por esta razão, é urgente a criação de um **Programa de pequeno-almoço na escola** para que todas as crianças que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória, possam ter acesso a uma refeição pela manhã, mediante inscrição feita pelos encarregados de educação. Não se trata dum programa apenas para os alunos que beneficiam de ação social escolar, pois tornou-se evidente a progressiva restrição a que este programa tem sido condenado nos últimos anos, deixando de fora muitas famílias com dificuldades. Para que nenhuma criança ou jovem comece o dia em que vai aprender coisas novas, com fome.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 1 de Março de 2012

1 – Apela à Assembleia da República e ao Governo para que seja criado um **Programa de pequeno-almoço na escola**, a ser distribuído diária e gratuitamente, ao longo de todo o ano letivo, mediante inscrição prévia às crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória. As verbas necessárias à execução deste Programa serão atribuídas aos agrupamentos de escolas pelas estruturas descentralizadas de administração escolar do MEC.

2 – Recomenda à Câmara Municipal de Coimbra que, no âmbito das competências na área da Educação, planeie com os agrupamentos escolares do concelho a execução deste Programa; na educação pré-escolar e no 1º ciclo esta deverá ser articulada com o Programa de Leite Escolar, de modo a assegurar uma adequada gestão de recursos.

3 – Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos de Professores, Associações de Pais, comunicação social nacional e regional.

Em relação à proposta apresentada pelo deputado da maioria “Por Coimbra”, quero dizer o seguinte:

Não tenho nada contra, eu até estava para votar contra, mas quando li que é, em alternativa, por uma razão muito simples, não tenho nada contra desde que seja de facto facultado a documentação em formato digital, não sou muito velho nem muito novo mas tenho uma relação afetiva muito grande com o papel e gosto de ter as coisas no papel, quando o Presidente da Junta de St^a Cruz diz que, mandar em formato digital é para onerar as freguesias, já agora, também não gostava de ser onerado em casa porque também me custa o papel e a tinta, porque tenho tido corte no ordenado como funcionário público por isso tenho o direito a ler e a ter a documentação em papel.

Se quiseram dar uma ajuda para o ambiente porque não começar a imprimir em papel reciclado.

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

Queria propor antes demais, a senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Francisco Andrade, que eventualmente se ponha à consideração da Assembleia a possibilidade desta intervenção magnífica e brilhante que ele fez ser disponibilizada na Net para a população de Coimbra, e não se esteja à espera da próxima Assembleia para que a ata seja aprovada.

As sucessivas avaliações à economia portuguesa, feitas pela troika internacional e seus seguidores internos, já não conseguem esconder a profunda crise que as medidas do autodenominado ‘Memorandum de Entendimento’ acrescentaram à crise anterior. “A recessão e o desemprego podem pôr em causa as metas do défice acordadas com a troika.” – afirma a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental), constituída no âmbito da Assembleia da República, e acrescenta, relativamente ao passado mês de Janeiro: “Embora se trate ainda do primeiro mês do ano, esta evolução deixa antever que a execução da receita fiscal poderá constituir um dos principais riscos ao cumprimento das metas orçamentais de 2012”. Sobre o orçamento da Segurança Social, é referido que só em Janeiro, o saldo se deteriorou em 81 milhões de euros, devido à redução das receitas de contribuições e quotizações (-1,6%) e ao aumento da despesa com prestações sociais (+ 3,7%), como o subsídio de desemprego. Estes são os sinais visíveis do impacto das políticas recessivas sobre as contas públicas e privadas do país: crescimento do desemprego e das falências de empresas, aumento do endividamento e do crédito malparado, retração no consumo interno, empobrecimento do estado e dos cidadãos, desfalecimento da economia. Este ciclo vicioso alimenta-se a si próprio e tende a agravar todos os indicadores macroeconómicos. Contudo, para além disto, se a economia for entendida no seu sentido etimológico (=lei da casa/da comunidade), o desastre adivinha-se ainda mais forte: insolvência das famílias, desapropriação de habitações hipotecadas, incumprimento dos pagamentos correntes, impossibilidade de acesso aos cuidados de saúde, dificuldades na escolarização das crianças e jovens e na frequência dos serviços de creches e jardins de infância, fome, instabilidade familiar e social, aumento da criminalidade e da

insegurança... Não é preciso ser profeta ou especialista para verificar estas ocorrências e para prever o pior...

Sendo profundamente crítico das orientações político-económicas que estão a ser seguidas, nos últimos anos, no combate à crise, o Bloco de Esquerda não deixa de olhar para o imediato e para as situações de emergência social. Por várias vezes, alertámos aqui para a necessidade de se tomarem medidas de socorro social urgente por parte da autarquia, que, mesmo sem os resolverem, minimizem os problemas e o sofrimento dos mais fragilizados, designadamente das famílias mais pobres, e sobretudo das crianças e dos idosos, não se esquecendo que se está a alargar o universo dos novos pobres, como agora são chamados. Creio que estas verificações são consensuais entre nós e não nego que alguma coisa tem sido feita. Mas estaremos também de acordo que um forte tsunami social se aproxima. E temos que estar preparados para agir com o mínimo de eficácia.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda apresentou, em sede própria, várias propostas de medidas de que se destaca o 'Programa de Pequeno-almoço na Escola' para todas as crianças que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória, através do qual as crianças e os jovens poderão ter acesso a uma refeição pela manhã, mediante inscrição feita pelos encarregados de educação. Não se trata dum programa apenas para os alunos que beneficiam de ação social escolar, pois tornou-se evidente a progressiva restrição a que este programa tem sido condenado nos últimos anos, deixando de fora muitas famílias com dificuldades. Esta proposta converge com uma petição pública que irá, em breve, ser apreciada conjuntamente na Assembleia da República. O texto da moção que apresentamos aqui para votação visa consensualizar, nesta Assembleia Municipal, esta ideia de socorro de emergência, minimizando sofrimentos humanos e prevenindo outros males sociais mais graves.

Outro aspeto relevante no nosso concelho tem a ver com a asfixia financeira com que o Ministério da Educação castigou os Centros de Novas Oportunidades (CNO), que funcionam designadamente nas Escolas Secundárias Jaime Cortesão e Avelar Brotero, duas escolas públicas de referência na nossa cidade e cuja ação competente e eficaz, no passado e no presente, nos domínios da certificação de competências e de formação profissional, tem sido reconhecida pelas próprias entidades de avaliação ministerial. Vivemos, mais uma vez, no plano da hipocrisia e da dissimulação, porquanto, por todo o lado, se fala em avaliação dos resultados como condição necessária para se tomarem decisões e, por outro, se procede ao contrário, decidindo sem o devido reconhecimento do trabalho feito e obedecendo a opções e a critérios escondidos, torpedeando todas as regras de racionalização do serviço público de educação. Apelamos à Câmara Municipal e, principalmente, ao senhor vereador responsável pelo pelouro da educação que, não sendo esta área da sua competência específica, não deixe de se inteirar deste processo e de se colocar ao lado das referidas escolas, avaliando os problemas decorrentes desta decisão do governo e agindo no sentido de os evitar.

Numa área próxima desta, a do desporto, sabendo que o assunto é objeto da preocupação de muitos, apelamos para a mobilização de todos os meios de que a Câmara dispõe para que se inicie, o mais brevemente possível, a construção do novo pavilhão desportivo municipal, para substituir o demolido pavilhão da PT.

São do conhecimento público as enormes dificuldades que o CAD-Coimbra Basquete tem vivido nos últimos meses para conseguir responder às solicitações das crianças e jovens praticantes que nele estão inscritos, bem como aos requisitos técnicos a que tem de obedecer para levar por diante a sua valiosa atividade.

Finalmente, “the last but not the least,” chamamos a atenção desta Assembleia e da Câmara Municipal, em particular, para a situação dramática que está a viver a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) deste concelho. Como é sabido, esta Comissão, onde têm assento representantes desta Assembleia e da Câmara Municipal, tem uma estrutura técnica muito leve, mas, para funcionar em condições, necessita de pessoal especializado que lhe é adstrito, quer pela Segurança Social, quer pela Câmara Municipal, quer por outras entidades. Além disso, tem recorrido a técnicos, em contratos a termo certo, celebrados pela Câmara Municipal, sem os quais a atuação qualificada desta Comissão se torna impraticável. Sendo uma instituição voltada para a prevenção do risco social e que assenta em muito trabalho voluntário, a sua função primordial de estudo dos casos, de contactos com as famílias, de acompanhamento das crianças e jovens em dificuldades, só pode ser conduzida com recurso àqueles técnicos, que ali estão a tempo inteiro. Como é de prever, as solicitações à Comissão estão a aumentar e as respostas têm que ser dadas em tempo útil. Apelamos ao senhor presidente da Câmara que tome este assunto em mãos, com a devida urgência, e que acolha os pedidos feitos pela presidente da CPCJ, com os quais toda a Comissão se tem manifestado solidária. Não pedimos mais pessoal, só pedimos que nos mantenham o que está.

Muito obrigado pela atenção.

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

Venho retomar um ponto que já foi referido, pela intervenção anterior, relativo ao Centro das novas Oportunidades.

MOÇÃO

Em Defesa da Formação e Educação de Adultos

A promoção do crescimento económico, a criação de emprego sustentável e de qualidade e o aumento dos níveis de empregabilidade estão, hoje, de forma indelével associados à aposta nas qualificações e no reconhecimento e validação de competências dos cidadãos.

Portugal apresentava, em 2005, um dos níveis mais baixos de qualificações, quando comparado com os restantes países da União Europeia. Por outro lado, não existiam formas de certificar qualificações obtidas ao longo da vida que, apesar da sua importância, não se encontravam devidamente reconhecidas.

As políticas públicas então encetadas pelo Partido Socialista, através da Iniciativa Novas Oportunidades, tinham uma estratégia clara e objetivos ambiciosos para elevar os níveis de qualificação dos portugueses, aproximando-os dos restantes países europeus.

Os números traduziam bem o trabalho a empreender: dos 5,5 milhões de ativos, 3,5 milhões não tinham o secundário completo e destes mais de um quarto de milhão de jovens entre os 18 e os 24 anos não tinham sequer terminado o ensino básico.

A sociedade portuguesa mobilizou-se para superar o défice de qualificações. Em 2011 mais de 1,3 milhões de cidadãos estavam inscritos nos centros novas oportunidades e desses cerca de 1/3 foi certificado.

As medidas tomadas no âmbito da educação e formação de adultos foi amplamente reconhecido e elogiado a nível nacional e internacional.

Agora, contrariando todos os indicadores e todas as avaliações feitas, desvalorizando o reconhecimento do modelo implementado e ignorando e descredibilizando o esforço dos portugueses, o governo desmantela o programa e encerra indiscriminadamente os centros novas oportunidades.

No concelho de Coimbra, o Governo encerrou 5 Centros Novas Oportunidades sem que fosse feita qualquer avaliação ou dada qualquer explicação, a saber - **Escola de Turismo e Hotelaria de Coimbra, Avelar Brotero, Jaime Cortesão, Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) e o do Instituto de Emprego e Formação Profissional**, mantendo apenas o do CEARTE e o da APCC.

O Governo lançou no desemprego técnicos de educação, retirou a atividade profissional a acerca de duas dezenas de formadores e obrigou milhares de formandos a procurarem outros centros que também cessaram atividade, entre aqueles que acabam por desistir da formação.

Os restantes centros também não têm perspectivas de futuro, o financiamento foi-lhes concedido apenas até Agosto deste ano. Para os formandos e os profissionais o futuro é incerto. O desânimo e a insegurança estão instalados.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 1 de Março de 2012, saúda os formandos, as entidades e os profissionais dos Centros Novas Oportunidades e exorta o Governo:

- 1 - Reativar os Centros Novas Oportunidades que encerrou;
- 2 - Dar continuidade, promover a estabilidade e garantir o financiamento dos Centros Novas Oportunidades;
- 3 - Reforçar a Iniciativa Novas Oportunidades, sem prejuízo das alterações que se mostrem necessárias à sua melhoria e aperfeiçoamento;

Incluir a promoção da qualificação dos portugueses na agenda política.

Desta moção deve ser dado conhecimento ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação e Ciência, ao Ministro da Economia à Agência Nacional para a Qualificação e aos vários grupos parlamentares.”

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 32 votos a favor e 13 abstenções e 6 votos contra, esta proposta.

Intervenção da deputada municipal Isaura Madeira (CDU):

“É conhecida a crítica da CDU ao modelo multimunicipal de gestão da água, para o qual foram arrastados muitos municípios que ao verem-se impossibilitados de na prática poder concorrer a fundos comunitários, escolheram esta forma de angariar alguns fundos, colocando-se assim à mercê de empresas controladas pelo governo, da sua política de preços e estratégia de rentabilidade que levou muitos municípios a terem de aceitar consumos mínimos obrigatórios exagerados para a sua população, com o conseqüente pagamento, levando assim a um maior endividamento por parte dos municípios. Recentemente temos dado conta das queixas de alguns municípios que optaram por devolver as faturas desses consumos à empresa Águas de Coimbra,

incapazes de pagar tão exageradas quantias por algo de que não usufruíram, mas também o Presidente da Águas de Coimbra considerou, na revista Água & Ambiente, de Janeiro de 2011, que “ este é o maior estímulo à ineficiência porque, sem prejuízo das perdas que todos sejamos capazes de diminuir e do investimento feito em recuperação e melhoria de redes, nós continuamos a pagar volumes de água e saneamento muito superiores aquilo que efetivamente temos necessidade de consumir”.

Ora, o nosso desacordo com este sistema mostrou-se como prevíamos, inaceitável em matéria de recursos hídricos e penalizador para os munícipes.

Continuando a falar de acordos desastrosos, todos vimos, ou se não vimos podemos sempre ir ao you tube e ver, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente desta Assembleia, aplaudir o acordo formulado entre a Empresa Águas de Coimbra e a Empresa Águas de Barcelona, empresa esta que é detida em 75% do seu capital pela multinacional francesa SUEZ e que conheceu, no passado mês de Outubro uma sentença judicial que diz “ a gestão do serviço de abastecimento de águas em Barcelona e a atuação da Societat General d’Aigues de Barcelona, como concessionária de serviço, tem ações ilegítimas e o preço que pratica em consideração ao serviço que presta aos cidadão barcelonenses é ilegal.”

Assim, não entende a CDU, a menos que nos seja bem explicado, que benefício para os cidadãos de Coimbra trará esta parceria já que a atuação desta empresa, para os cidadãos de Barcelona, é desastrosa. Claro que para esta multinacional a água não é uma fonte de vida que deva ser proporcionada a todos de forma democrática, mas sim uma importante fonte de negócios para a obtenção de enormes lucros.

Será que com esta parceria caminhamos, agora com passos mais largos para a privatização da água e de todos os serviços a ela inerentes? Esperamos sinceramente que não, mas duvidamos muito das verdadeiras intenções desta parceria. Com a privatização, assistir-se-ia à destruição da atividade económica regional e local, pois a mais importante fatia dos negócios relacionados coma construção, manutenção e gestão dos sistemas seria entregue às empresas dos grandes grupos, ao qual pertence a Águas de Barcelona, que controlariam o negócio da água e resíduos.

Na perspetiva da maximização dos lucros, resulta que no contexto de forte ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e o aumento da pressão para reduzir custos, que adviriam com a privatização, contribuiria fortemente para desvalorizar a força de trabalho e aumentar a taxa de exploração, agravando os inúmeros problemas laborais que já hoje existem no setor e já observáveis na empresa Águas de Coimbra:

Dos 290 trabalhadores da empresa, 30 já estão com Contrato Individual de trabalho e é já conhecida a intenção da administração da empresa em alargar este tipo de contrato aos restantes trabalhadores, retirando-lhes direitos legalmente adquiridos e contribuindo para a degradação da vida destes trabalhadores, o que para a CDU é inadmissível. Não é possível que para que uns tenham elevados lucros, outros tenham de viver miseravelmente.”

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho (PS):

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

“Confesso que me estava a sentir um pouco piegas para vir aqui hoje falar, mas resolvi impor esta minha austeridade a mim próprio, custasse o que custasse.

Não venho aqui falar em defesa desses pobres coitados, que ganham 10 mil euros por mês, venho antes falar em defesa desses novos-ricos, criados por este Governo que ganham entre o ordenado mínimo e os 1.500 euros.

Começava só por deixar aqui uma pequena nota sobre uma declaração do nosso Primeiro-Ministro, sobre o binómio desenvolvimento económico, versus, austeridade em que passo a citar:

O Senhor Primeiro-Ministro diz, “não queremos que os cidadãos pensem que estamos esquizofrénicos”. Não sou médico nem psiquiatra, mas devo dizer que desde já peca pela incorrecção, já que a dupla personalidade, o desdobraimento da personalidade, não faz parte deste conceito. Isto é sim uma doença ao nível do cérebro, e portanto aqui também há uma falha grave do senhor Primeiro-Ministro, já que a esquizofrenia no fundo afeta o nosso comportamento e reflete-se não só em delírios, como também em alucinações.

Não queria deixar este apontamento que realmente não são delírios, nem alucinações toda esta austeridade, que este governo está a impor aos mais desfavorecidos. Não são delírios nem alucinações o corte dos subsídios de férias e de natal. Não são delírios nem alucinações à cabeça quem ganhe mais de 658 euros tenha de pagar taxa moderadora. Não são delírios nem alucinações o valor do ordenado mínimo que hoje se ganha em Portugal. Não são delírios nem alucinações toda esta corrupção que ouvimos dizer diariamente. Nem delírios nem alucinações esta tendência do Governo querer enfiar dinheiro no BPN, enquanto como se sabe o setor farmacêutico que tem uma enorme dívida. Também não são delírios nem alucinações toda esta tendência que o Governo tem, para a banca e de protecionismo à banca.

Já que se fala tanto e tem atacado tanto o anterior Primeiro-Ministro, queria dizer também, que há aqui um grande esquecimento, não por delírio mas este senhor Primeiro-Ministro até ao momento nunca falou nem de Isaltino Morais, nem de José Oliveira e Costa, nem em Duarte Lima nem no senhor Presidente da Madeira, Alberto João Jardim.

Portanto, deixava só este pequeno apontamento e passava a colocar algumas questões já de outro desiderato político.

Colocava uma questão diretamente ao Executivo da Câmara sobre o semáforo que foi instalado na Av. Gouveia Monteiro que é a seguinte:

Se aquele semáforo neste momento, é meramente informativo, ou se já é punitivo. Passo a explicar passo mais que duas vezes por dia e já se notou que há ali algum cuidado por parte dos automobilistas, já fui multado há pouco tempo por falta de cuidado. Gostava de saber porque tenho reparado ultimamente não é um estudo, é meramente empírico, que nestes últimos dias, que já há automobilistas que não abrandam a sua marcha por isso gostava de saber se é meramente informativo ou punitivo. Porque se não for punitivo, palavra passa palavra, e daqui a algum tempo está tudo a andar novamente e a prevaricar no que toca à velocidade.

A segunda questão é relativamente à entrada em vigor do licenciamento zero ao combate ao ruído.

Quero colocar a questão ao Executivo, o que é que pensa fazer ou se engloba nisto também a questão da Queima da Fitas, no período das festas da Queima

das Fitas, em que por exemplo em que grande parte da população de St^a Clara se tem queixado, já que, está em causa uma questão de saúde pública, se a Festa da Queima das Fitas com todo aquele ruídos acima dos valores normais e que se arrasta ao longo da noite toda, se há alguma coisa feita neste sentido?

Há alguns deputados do PS que não estão a gostar, mas esta é a lei da vida, é esta a minha opinião e é este o meu papel em defesa das pessoas e das populações.

Relativamente à questão dos idosos tem surgido algumas notícias, sobre idosos que são encontrados em casa efémeros, outros já sem vida.

Queria perguntar se a Câmara de Coimbra tem algum projeto, se há alguma coisa a ser feita, eventualmente poder haver uma interligação com a Polícia Municipal, criar um protocolo com a PT, no sentido de salvaguardar a proteção deste tipo de faixa etária que é um assunto que se tem manifestado de norte a sul, mas penso que seja preocupante.

Para terminar, vou ler e citar um artigo que vai no sentido também, da Reforma Administrativa Local, e acabo por no fundo ao ler este artigo prestar a minha homenagem a todos os Presidentes de Junta.

Este artigo é sobre um autarca que cobre imposto às empresas, para ajudar os mais pobres no chamado projeto Paraíso. É um autarca de Vilar de Gaia, e com uma verba mensal vai cobrando algum dinheiro e vai fazendo esse pedido diretamente às empresas no fundo, direcionada para questões sociais. Penso que, fica aqui um exemplo, muito digno, de que é o exercício de um autarca ao nível de uma Presidência de Junta.

Passo a ler que este autarca não esquece um caso de um casal com 4 filhos, ela antiga secretária com 12 ° ano de escolaridade e desempregada, ele o único sustento de casa com salário de 700 euros, com um filho doente, que precisa de uma vacina que custo 186 euros que é uma vacina que é administrada ao longo de 5 anos, para a qual não havia dinheiro, por desespero levou o casal à Junta de Freguesia e foi ali com a ajuda do projeto Paraíso, de apoio social que se conseguiu arranjar a vacina para a criança.

Isto na minha opinião, este pequeno artigo pode não dizer nada, retrata aqui o grande erro que se está a fazer ao nível da Reforma da Administração Local.

Deixo a minha homenagem às Juntas de Freguesia, pela proximidade e pelo trabalho de apoio que tem feito junto das populações.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):

“A CDU pretende com esta intervenção retratar o estado actual da Educação e Ensino numa análise global, no que são as medidas que têm vindo a ser impostas pelo actual Governo (umas já com aplicação outras que terão o seu efeito real no início do próximo ano lectivo) e numa análise da realidade do concelho de Coimbra.

Começando do global importa reafirmar que ao longo dos anos, os sucessivos governos — PS, PSD/CDS- desvalorizaram, desinvestiram e abriram portas por onde hoje entra o mais puro liberalismo que ameaça perverter o Ensino Público — da educação pré-escolar ao superior.

A situação económica e social do país está a entrar numa espiral louca de aperto e asfixia. De PEC em PEC ao Memorando com a TROIKA — caminho trilhado pelo PS, subscrito pelo PSD e CDS. Com este novo

governo de maioria PSD/CDS assistimos a cortes sobres cortes, reduções sobre reduções, uma recessão sem precedentes que está a levar o País e cada um dos portugueses a um beco sem saída — aqui o governo uns dias justifica-se com a TROIKA e com o assumir de compromissos que outros acordaram, uns dias assume que gloriosamente e corajosamente está a conseguir impor medidas mais além do que as exigidas no Memorando.

Situando a questão na educação / ensino cada nova medida é reveladora da desvalorização, por parte do governo, da educação dos cidadãos deste país, confirmada pelas reformas a aplicar no sistema de ensino, reformas que não têm por base reflexões pedagógicas ou organizacionais, mas que decorrem da análise contabilística de onde cortar, para atingir as metas de cumprimento do famigerado Memorando, que nos submete às directrizes dos senhores da Troika sob o comando de Angel Merkel, entre outros...!!!

Passemos a exemplos práticos resultantes só do OE para 2012:

- Os cortes no ensino não superior (do pré-escolar ao secundário) são de 600 milhões

- Os cortes no ensino superior são de 200 milhões

Em apenas 2 anos — 2011 e 2012 — o corte nas verbas para a educação atinge os 2.300 milhões de euros e Portugal, com uma educação a valor 3,8% do PIB, passou a ocupar o último lugar entre os 27 países da EU...!!!

Descodificando estes números por sectores do Sistema Educativo importa destacar:

1 - No ensino superior, a redução determinará o encerramento de muitos cursos (quicá de instituições...);

- Em consequência fala-se já em rever a lei de financiamento, o que pode implicar a subida da já insustentável propina do 1º ciclo de estudos (situada nos mil euros) e, se já hoje não existe tecto máximo para os 2º e 3º ciclos de Estudos, com alguns cursos de mestrado a praticarem já hoje valores de propina na ordem dos 2.400 euros...percebe-se que a elitização da frequência do ensino superior é cada vez mais real, assim como a privatização das instituições;

- A Acção Social Escolar exclui cada vez mais um maior número de estudantes no que respeita à atribuição de bolsas — contextualizando a situação na Universidade de Coimbra, só este ano lectivo das 6000 candidaturas a bolsa, foram analisadas 4000 sendo que, destas, 2000 foram rejeitadas...Daí que os números apontam para o abandono só neste este ano lectivo, de cerca de 3000 estudantes. Não esquecer que da Acção Social Escolar decorre também o acesso a residências, cada vez mais insuficientes e muitas em péssimas condições de utilização (o que não se resolve com projectos caritativos mas com financiamento do estado) o custo das refeições, que sofreu agravamento, o encerramento de serviços como é exemplo a lavandaria;

- A extinção do passe sub-23 que permitia uma redução de 50% nos transportes para quem diariamente se desloca de camioneta ou de comboio. Desta superficial abordagem podemos constatar que, suportar os custos da frequência do ensino superior, é hoje um factor escandaloso de desigualdade de oportunidades. Retrato de um País que retoma um princípio abolido com o 25 de Abril., o princípio da elitização no acesso à formação

académica de nível superior, que passará a ser, de novo, como nos velhos tempos...apenas para alguns!

2 — Na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário, do valor já aqui referido, só 404 milhões de euros resultam de cortes a concretizar por via de mais encerramentos de escolas e novos mega - agrupamentos (54 milhões euros) alterações curriculares (102 milhões euros) que visam eliminar e aligeirar disciplinas, numa lógica de empobrecimento do currículo e numa clara desvalorização de áreas como as artes a formação cívica, o aumento do número de alunos por turma e a extinção de projectos (101 milhões euros). Só com reconversão da disciplina de EVT em EV e ET, o Ministério da Educação prevê poupar 43 milhões de euros, que se traduz também no desemprego de milhares de professores em resultado da eliminação do par pedagógico.

Resumindo esta análise importa dizer que a Escola Pública está em risco. A escola Pública que tem o dever constitucional de ensinar, formar e educar todos, sem discriminação e exclusão está ser destituída de recursos materiais, humanos e financeiros, está a ser destituída de um currículo transversal à formação integral do indivíduo, reduzindo as aprendizagens ao ler escrever e contar.... à transmissão de conhecimentos básicos e competências primárias... Está a ser pervertida na sua essência.

Focando algumas destas questões na realidade do concelho de Coimbra e nas responsabilidades desta Autarquia, a CDU pretende registar aqui hoje alguns aspectos:

1 — Gertal- Depois de tantos meses de denúncias, de críticas de promessas, a CDU reconhece que desde o início deste processo algo nos fazia duvidar da sua eficácia:

- desde logo dizer que nunca esteve em causa para nós um concurso público, mas sim como ele ocorreu em termos de igualdades e oportunidades a eles concorria para fornecimento de refeições. Em causa esteve sempre as regras e as limitações dos concorrentes a esse concurso;
- depois desde cedo que percebemos que seria “galinha gorda por pouco dinheiro”. Numa conversa com o Senhor Vereador João Orvalho, a certeza da opção tinha por base o facto de, entre as diversas empresas concorrentes, esta ser a que na relação qualidade preço marcava a diferença — preço refeição consideravelmente mais baixo;
- tão baixo que, tal como a CDU denunciou, a qualidade da refeição é o que todos hoje já sabem, a quantidade é pouca chegando ao cúmulo de algumas crianças terem de aguardar por reforços da mesma... enfim são públicas e diversas as falhas injustificáveis mais ainda quando se trata de refeições para crianças e jovens.

Contudo sobre isto a CDU deixa aqui uma questão — Ao Senhor Presidente da Câmara Sr. Vereador João Orvalho, que neste momento não está, mas dizer o seguinte: se os pais estão a pagar as refeições ao mesmo preço do ano lectivo anterior, para quem fica mais barato o preço praticado pela Gertal? — para a Câmara de Coimbra supomos...e esse dinheiro está a ser aplicado onde? E uma recomendação — embora já tenha vindo a público promessas de controle do serviço da empresa, de repensar o serviço de refeições para próximo ano lectivo, que efectivamente a Câmara de

Coimbra, o Pelouro da educação e a equipa de trabalho, apostem numa solução que sobretudo assegure a qualidade das refeições numa fase onde cada vez mais a refeição que se toma na escola é a única do dia.

2 — Cortes e concretização dos mesmos na rede escolar de Coimbra — ou seja que análise fez esta autarquia de quanto cabe a Coimbra cortar para corresponder aos números que o governo pretende atingir. Na prática quantas mais escolas do 1º ciclo vão encerrar? Que base de trabalho existe ou está a ser estudada para fundir agrupamentos? Que sustentabilidade financeira tem no futuro próximo as actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo ou a componente de apoio à família na educação pré-escolar?

Nesta perspectiva a que Coimbra diz respeito a CDU entende que existem **motivos suficientes para, no âmbito do actual Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal, propor desde já o agendamento para a próxima sessão da Assembleia Municipal, de um ponto sobre “Estratégias e propostas na área da educação no concelho de Coimbra”**, Onde gostaríamos de ter o vereador responsável pró estas questões para nos poder esclarecer sobre as questões da rede escolar, das respostas extracurriculares e socais têm de ser abordadas e esclarecidas e debatidas aqui por todos e pelos responsáveis desta autarquia.

Queria fazer uma referência e também dizer que lamento o senhor vereador com responsabilidade do desporto não estar aqui presente, que já vem sido hábito.

Mas a CDU quer solidarizar-se aqui com uma insistência que tem vindo a ser feita, há alguns anos pela Direção do Clube Desportivo Sanjoanense, de S. João do Campo, estamos a falar de jovens, de crianças que muito tem trabalhado para a formação de equipas jovens, e que vê afastado as suas crianças para outros clubes porque há anos que está à espera de uma promessa do campo de relvado sintético, num campo que curiosamente ainda é dos poucos que pertence à autarquia. Dizer se alguma vez calhe a S. João do Campo ter um campo sintético.

Dizer ao senhor Presidente de Junta de Souselas, que no dia 13 o que vai acontecer aqui é, e não tenhamos receio de pôr rótulos às coisas é efetivamente uma manifestação, é um encontro de pessoas sim, mas um encontro de pessoas que vêm manifestar a sua discordância com esta intenção expressa e explícita de extinguir e acabar com as freguesias.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Senhor Presidente estamos aqui num Órgão que tem que ser dignificado. O que tenho visto aqui, é que, o senhor Presidente da Assembleia abandona a Assembleia é o Senhor Presidente da Câmara que não presta a atenção às intervenções dos deputados porque está a falar, é os senhores vereadores ausentes, são alguns senhores deputados constantemente a falar e não terem o máximo de atenção perante os intervenientes... Então acho que, se não estamos aqui a fazer nada! E ainda o senhor Presidente vem dizer que temos que fazer as intervenções mais depressa, e os outros? Então há que ter respeito por este

Órgão, é um órgão com responsabilidades e tem que ser prestigiado e não estamos aqui a falar para o boneco.

Por isso, senhor Presidente da Assembleia se o senhor abriu efetivamente o leque aos primeiros intervenientes tem que agora manter a calma.

Foi com agrado que mais uma vez tive conhecimento (via imprensa) que a Câmara Municipal de Coimbra atribuiu os galardões aos que mais se distinguiram na área do desporto no nosso concelho.

Estão de parabéns aqueles que cujos feitos desportivos levaram bem longe o nome de Coimbra, assim como a Divisão de Desporto desta Câmara que proporcionou este evento. O meu aplauso e espero que a CMC dê continuidade a esta Gala Desportiva, pois estas acções são motivantes tanto para os praticantes como para os dirigentes desportivos.

A lei base do desporto, capítulo I artº 2 nº1, diz que todos têm direito ao desporto, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento da personalidade.

O artigo 79 da Constituição da República também diz que, todos têm direito à cultura física e ao desporto.

Mas, também queria deixar uma palavra de apreço a todos aqueles que não foram galardoados, pois no nosso concelho existem muitos homens e mulheres que trabalham afincadamente e abnegadamente em prol do desporto, dando o seu melhor para que as suas colectividades possam proporcionar aos mais jovens e aos mais idosos uma prática desportiva salutar. São as centenas de directores anónimos e os milhares de atletas das mais variadas modalidades que compõem o tronco desportivo da nossa região, com frutos muito saudáveis.

Queria distinguir, especialmente, as colectividades da minha freguesia de S. Martinho do Bispo que têm feito um trabalho notável em termos desportivos: A Escola Agrária com o rugby, o Centro social S. João, com o futsal, o Casaense com o futebol de formação, o Esperança com a sua equipa de futebol feminino, única no concelho de Coimbra, o Vigor com as suas equipas de hóquei em patins a Casa do Povo com a sua secção de lutas de combate, enfim uma freguesia que em termos desportivos é muito eclética e que tem tido um apoio muito especial do Presidente da Junta, um ex atleta com pergaminhos na nossa região. Mas também da CMC por intermédio da sua Divisão de Desporto, do Sr. Vereador e do Sr. Presidente que têm tido um carinho especial no apoio às nossas colectividades. O meu aplauso para o Senhor Presidente da Junta e para o senhor Presidente da Câmara.

Mas a mola de todo este desenvolvimento desportivo parte dos dirigentes seus que depois das suas horas de trabalho, ainda vão dar mais outras horas à comunidade, e por vezes são incompreendidos nos seus locais de trabalho e acusados de que são do desporto ... , mas sem eles o progresso desportivo da minha freguesia não era possível.

Queria assim deixar expresso o meu aplauso e agradecimento para estes homens e mulheres, com rosto e com nome, com comportamentos meritórios, mas que trabalham no anonimato, sendo todos eles merecedores dos galardões atribuídos por esta edilidade, pois sem eles, como disse atrás o desporto não existia em S. Martinho do Bispo.

Queria apresentar uma moção

Já aqui foi focada pelo deputado do PSD que é relativamente aos feriados do 1º de Dezembro e do 5 de Outubro.

MOÇÃO

O 1º de Dezembro e o 5 de Outubro

–“A morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir, sem deixar descendência, concorreu para a perda da Independência de Portugal. Sem um sucessor directo a coroa passou para Filipe II de Espanha. Este, aquando da tomada de posse, nas cortes de Leiria em 1580, prometeu zelar pelos interesses do País, respeitando as leis, os usos e costumes nacionais. Com o passar dos tempos essas promessas foram desrespeitadas, os cidadãos nacionais foram perdendo privilégios e passaram a uma situação de subalternidade em relação a Espanha. Esta situação leva a que se organize um movimento conspirador para a recuperação da Independência, onde estão presentes elementos do clero e da nobreza. A 1 de Dezembro de 1640, um grupo de 40 fidalgos introduz-se no Paço da Ribeira, onde residia a Duquesa de Mântua, representante da coroa espanhola, mata o seu secretário Miguel de Vasconcelos e vem à janela proclamar O João, Duque de Bragança, Rei de Portugal. Termina, assim, 60 anos de domínio espanhol sobre Portugal.”

- “Lisboa amanheceu hoje ao som do troar da artilharia. Proclamada por importantes forças do exército, por toda a armada e auxiliada por concurso popular, a República tem hoje o seu primeiro dia da História. A marcha dos acontecimentos, até à hora em que escrevemos, permite alimentar toda a esperança de um definido triunfo (...) não se faz ideia do entusiasmo que corre na cidade. O povo está verdadeiramente louco de satisfação. Pode dizer-se que toda a população de Lisboa está na rua vitoriando a República.”

Jornal O Mundo, 5 de Outubro de 1910

Na sequência dos trabalhos legislativos após a proclamação da República Portuguesa de 5 de Outubro de 1910, foi publicado um decreto que estipulava os feriados nacionais. Neste decreto foram consignados, entre outros, os feriados do 1 de Dezembro (Dia da autonomia — Restauração da Independência) e o 5 de Outubro (Dia dos Heróis da República). Também foi decretado que os Municípios e Concelhos tinham a possibilidade de escolher um dia do ano que representasse as suas festas Tradicionais e Municipais.

O Governo Português ao propor a eliminação dos feriados decretados para os dias 1 de Dezembro e 5 de Outubro, datas essas que marcam o sentido colectivo de uma Nação, que marcam momentos determinantes da História Portuguesa, que têm a importância da reiteração de Portugal e da sua reconfirmação identitária, só vem provar que, não querem saber ou conhecer a história do seu País, pois esses senhores sem o 1 de Dezembro e o 5 de Outubro, nunca seriam governantes, porque Portugal não existia e não havia República para os acolher. **Neste sentido a Assembleia Municipal de Coimbra, manifesta a sua indignação por esta opção do Governo e exige a manutenção destes feriados, identidade da nossa Nação.”**

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Vou procurar abordar de uma forma sintética as posições a abordar pela CDU em relação as moções que nos foram presentes:

Nós pensamos que ainda está válida, a intenção desta Assembleia Municipal, de rejeitar por inteiro a redução de Freguesias.

Enquanto esta Assembleia Municipal, não se manifestar em contrário à sua última deliberação, não estaremos em disposição de discutir alternativas ainda que minorem os efeitos de uma eventual alteração global das leis, ainda que, como disse o deputado Moisés Geraldês, ainda que, nós não somos obrigados a aceitá-las mas, nós só somos obrigados a aceitá-las depois vistas pelo Poder Central, ou seja, não temos que pedir autorização para as alterações, é certo, mas, somos obrigados a aceitá-las, pelo Poder Central.

Senhor deputado Moisés Geraldês, está de acordo com uma imposição destas, ao Poder Local Democrático, uma imposição destas, por via legal, ao Poder Local autónomo dos municípios, o deputado Moisés Geraldês será responsabilizado por isso, quando fôr as eleições eu cá estarei para lembrar os eleitores, que o senhor deputado Moisés Geraldês em representação da “Maioria” desta Assembleia Municipal, admitiu que por imposição central, as posições dos municípios ficaram secundarizadas. E é também por esta razão que há uma decisão maioritária, esmagadoramente maioritária desta Assembleia de rejeição da redução de freguesias, não a discussão de uma reestruturação da organização regional, mas sim, da forma como ela está a ser feita. É isto que está hoje em causa não é uma outra coisa qualquer, o que está hoje em discussão é a imposição de um quadro legal, que impõe as municípios regras que merecem a nossa rejeição e com as quais nós não podemos compactuar nem que seja para abrilhantar o nosso posicionamento político, nem que seja, para parecer bem, em relação aos outros grupos parlamentares.

A posição hoje, só pode ser secundar as posições anteriores desta Assembleia Municipal de rejeição de eliminação de freguesias. Porque o que está em causa, se se quer uma alteração séria, da organização administrativa, então sim, tem que se começar a discutir a Regionalização, temos que discutir as competências municipais, temos que discutir as competências eventualmente alargadas das Comunidades Intermunicipais, e não admitir tucur, nem que seja por interposto a referendo a eliminação de freguesias. É a inversão de toda a lógica, e é a submissão, ainda que não admitida a quem manda.

Não podemos, por isso, caros amigos, estar de acordo e subscrever a vossa moção. Porque implica claramente a rejeição daquilo que foi discutido e aprovado por esta Assembleia, naquilo que diz respeito ao sentir dos eleitos locais, independentemente da cor partidária, que não podemos admitir porque é inoportuna e em última análise é a calçadeira para passar a discussão fundamental que é eliminação de freguesias, alienando de uma forma indireta, aquilo que está verdadeiramente em discussão.

Porque não nos podemos esquecer caros amigos, que o PS condiciona o seu voto, à discussão da Lei eleitoral. Lembremos das intervenções, de ontem, o PS pelos seus mais directos representantes condicionam o seu voto, à alteração da lei da redução de freguesias e da alteração lei eleitoral, porque é isto, que verdadeiramente está em causa, não é a redução imediata das freguesias a maior ou menor participação ao nível das freguesias locais, o que

se está aqui em causa de facto é a partilha do poder pelo Centrão a um nível das autarquias locais, e a destruição de um Poder democrático resultante da Constituição aprovado em Abril de 1976. Se nós perdermos esta dimensão estamos a perder tudo, e daí caros amigos, compreendendo as boas intenções, compreendendo a necessidade de afirmação política e de retirar, digamos assim, algum lustro mais ou menos radical que ainda possa estar pegado, não podemos secundar esta posições, porque efectivamente elas não correspondem aos interesses das populações não correspondem aos interesses da defesa do poder local democrático.

Quanto à moção apresentada pelo deputado Jorge Lemos, só podemos estar de acordo, a minha bancada secundará a posição que tomam em relação à eliminação aos feriados, por duas razões muito simples; a primeira e talvez a focal, porque trabalhar mais, pelo mesmo dinheiro, porque é disso que se trata, isto não se trata aqui de uma abordagem patriótica, ou de uma abordagem racional acerca da necessidade ou desnecessidade de haver dias de descanso, feriados ou não. E muito menos serem laicos ou religiosos, porque se assim não o fosse então num País laico como o nosso, das duas uma ou alargávamos os nossos feriados a outros feriados convencionais, para outra religião que não a católica, e não me falem nas convenções internacionais que tenhamos como protoestados, porque estes protoestados até estão a eliminar, neste momento, as embaixadas, no seu espaço; não vale a pena irmos por aí, o que se trata aqui é trabalhamos mais por pouco dinheiro. Mas a abordagem patriótica de si mesmo não me é despicienda, mas a abordagem da lei do nosso estado, isso sim, porque o que está condicionado é que vamos discutir com entidades estranhas se, se alteram ou não os feriados.

A moção apresentada pelo deputado da “Coligação Por Coimbra”, sobre a documentação em formato digital isto, é tudo muito interessante, quando nos facultarem aqui um computador e um sítio on-line para nós acedermos, é em alternativa. Mas a alternativa é exactamente isso. E quem não tem alternativa? Então ficamos assim, faria uma proposta então de, em complemento a documentação em formato de papel receber também, em formato digital.

Presidente da Mesa interrompeu dizendo que a alternativa é, quem não quiser em formato digital, seria disponibilizado como quiserem, e tem na mesma documentação em papel.

Acrescentou o facto de combinar à posteriori quem quer em formato digital e em formato de papel.

O deputado Pinto Ângelo retomou a intervenção dizendo que:

Se me facultarem a alternativa de eu ter aqui na minha mesa a disponibilidade dos documentos. Só assim é que faz sentido, senão tenho eu que trazer o meu computador pessoal para em alternativa aceder á disponibilidade.

A alternativa é isto: disponibiliza-se a todos e depois permite a escolha. Não diz que só se manda a quem não quiser receber em papel...Isto não é alternativa...

Está aqui uma moção orientadora que provavelmente irá ter uma resposta mais rápida do que outras que já foram aprovadas nesta Assembleia que até hoje

não foram cumpridas. Este é que é o meu receita, claro que me preocupo e é por isso que me prenúncio.

Quando venho aqui falar é para condicionar o voto, senão, não valia apenas vir para aqui falar, para trazer opiniões diferentes para que as pessoas fiquem condicionadas a outras opiniões...

Acho que esta moção, por devida cautela, não dá e não acautela o direito à informação deve ser em devida conta e retirada...

Em relação à moção sobre a criação de pequeno almoço nas escolas, a CDU votará a favor com a noção exacta que as prioridades que aqui são determinadas, deveriam ter sido invertidas. Se estamos aqui a discutir, uma proposta dirigida ao órgão Executivo, deveríamos colocar como sua primeira prioridade a opção desta medida que esse Órgão assumisse perante a Assembleia da República, essa intenção.

O princípio é correctíssimo de qualquer forma as prioridades estão invertidas, primeiro apela-se à Assembleia da República e simultaneamente pede-se que o órgão Executivo elabore um programa.

Quanto à moção da “Coligação por Coimbra” da ida para Lisboa reforçava só aquela ligeira nota que dei inicialmente que gostaria de ver aqui reafirmada e foi nesse sentido que subscrevi com todo o prazer a deslocação a Lisboa em apoio à Académica, que ficasse registado como também, como deliberação desta Assembleia Municipal que, não iremos exclusivamente apoiar a Académica mas vamos apoiar as causas de Coimbra, que estão bem delimitadas e claramente definidas por esta Assembleia Municipal.

E que a autarquia, não só disponibilizando os meios da deslocação, disponibilize também, a forma e reportando-me a 1969, a forma de publicitarmos as reivindicações comuns e consensuais desta Assembleia Municipal e de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Irei começar pelo fim, quero dizer que o Partido Socialista está com as populações, e por isso mesmo, o Partido Socialista quer aqui dizer que vota favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda, logo porque ela, é objectiva e desprendida de quaisquer estrabismos na sua linguagem. Quero aqui dizer com toda a clareza, que o Partido Socialista, irá votar muito favoravelmente a moção aqui apresentada.

O Partido Socialista, coerentemente, tem aqui dito e redito que não quer uma Câmara que tenha a ideia de que Coimbra que vai deste edifício de Paço do Concelho até à Portagem.

Repetimos: Para nós, Socialistas, Coimbra começa e acaba muito mais longe tendo tudo a ganhar em liderar um movimento de regionalização a nível nacional.

Estivemos solidários com as populações da Lousã e Miranda do Corvo na questão do Metro.

Estamos solidários com as autarquias do nosso distrito, de que Coimbra é capital — Mira, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure e Tábua.

Estamos solidários com as populações interiores do País, cujos serviços públicos o Governo lhes pretende retirar.

Não aceitamos que a Justiça fique distante destas populações vizinhas, gente humilde, digna e com dificuldade de acesso aos tribunais. Que se desloquem, antes, os magistrados.

Com o Partido Socialista, Coimbra será solidária no receber mas também está solidária no dar. E não esquece nunca, que para além da Praça 8 de Maio e da Portagem, há à sua volta, autarquias rurais, serviços públicos, que são essenciais a essas populações mais do interior — até em Coimbra, pasme-se, já se admite o encerramento de um serviço de finanças.

É incompreensível a aplicação de fórmulas gerais para o território, quando muitas vezes, freguesias no interior têm espaços próprios de identidade, reconhecidos e representativos das populações e as mais das vezes sem acesso ao serviço público.

O que assistimos, é a uma reforma global é uma recentralização de três alicerces da democracia, saúde, justiça e educação com o encerramento de serviços públicos, e autarquias alavancando formas dinâmicas sócio económicas negativas no território onde isso ocorre ou irá ocorrer.

O Partido Socialista coerentemente, não aceita isso, se tomamos como exemplo, um encerramento de um tribunal de uma unidade de saúde, ou de uma escola, para além dos postos de trabalho, directamente supridos, há todo um conjunto de actividades económicas e respectivos postos de trabalho, que igualmente ficam em causa, apoio administrativo, cafés, supermercados, comércio, vestuário, restaurantes etc..

Se regressarmos à Praça 8 de Maio e à Portagem o que vemos e o que verificamos. O Comércio não vende, os restaurantes estão vazios, os automóveis estão parados à porta de casa, o encerramento de empresas, é constante e as IPSS não tem mãos a medir, falasse de fome e de empregos perdidos. Esta Câmara parada, sem nos dar uma esperança que seja capaz de gerar felicidade nos Conimbricenses.

Não posso deixar de aqui citar palavras proferidas nesta Assembleia Municipal, fez 4 anos, no dia 29 de Fevereiro de 2008, que o deputado da Maioria então líder, ou em representação dele, o deputado Moisés Geraldês, como ele esteve então antes do tempo, teve a visão lúcida do concreto, e previu exactamente o que se está a verificar hoje, com este Governo. É por isso, que vou ler algumas passagens da intervenção veja-se a ata de 29 de Fevereiro de 2008.

Estamos pois infelizmente perante um Governo que pretende encerrar dezenas de Tribunais.

Contribuindo para a desertificação do interior do País.

- *Que anuncia políticas de incentivo à Natalidade, mas encerra Maternidades.*
- *Que implementa uma Política Fiscal que há-de destruir a classe média, já de si bastante depauperada, e arruinar as pequenas e médias empresas.*
- *Que não ouve as Autarquias Locais.*
- *Que pavoneia a anunciar a criação do mais emprego, enquanto que os jovens Portugueses estão a emigrar e a deixar o País, e agora estão a ser aconselhados pelos governantes deste País a imigrarem.*

...a Democracia Portuguesa em que nos revemos e de que muito nos orgulhamos, cuja organização do Estado compreende necessariamente a existência fundamental de Autarquias Locais.

Em que as Juntas de Freguesia e os respectivos Presidentes de Junta desempenham um papel e uma acção crucial na prossecução dos interesses próprios das populações que representam.

Daí o nosso respeito e profunda admiração por todos aqueles que, como vós Srs. Presidentes de Junta, dão o melhor do vosso esforço pessoal e intelectual no desempenho da nobre missão que é estar na primeira linha em defesa dos interesses públicos locais.

Srs. Presidentes de Junta, estamos inequivocamente convosco, por isso contamos convosco agora e no futuro, a bem da democracia dos cidadãos que em conjunto representamos.

Caro amigo Moisés Geraldês, hoje líder da bancada do PSD/CDS como nós socialista estávamos então de acordo contigo e hoje com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, Dr. João Pardal e bem assim com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Castelo Viegas, da CDU Carlos Ferreira. Estamos convosco somos coerentes. Ditamos aqui:

Tem pois a propriedade o ditado popular **“Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”.**

Mas, é exactamente isto, que faz o governo da direita. Uma recentralização dos alicerces da democracia: uma centralização dos serviços públicos de que é exemplo, a extinção dos tribunais, e outros organismos instalados no interior e isto, apesar disto ao mesmo tempo, acusam-nos de trabalhar pouco, e em nome disso quer-se acabar com um feriado que celebra a nossa independência, e também aquele que se comemora a instalação do Regime Republicano.

Como isto não chegasse, ao lado disso decreta-se o fim da tolerância de ponto do Carnaval. Que felicidade esta que este Governo trás para Portugal, para Coimbra e para os Conimbricenses.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Árvore:

“Vou ser rápido uma vez que já muitas pessoas falaram do assunto que me trás aqui. Vim para contar uma história.

Há muitos anos, alguém bateu à porta de um freguês, e perguntou-lhe, queres fazer parte de uma lista para a freguesia. Ele perguntou o que é preciso fazer? Responderam-lhe é preciso trabalhar para a terra, é preciso fazer coisas, então disse eu alinhó. Sem se preocupar em que lugar é que ficaria, aceitou. Aceitou, sem perguntar se, se ganhava alguma coisa com isso, tem-se algum benefício com isso, há algum ordenado, aceitou sem perguntar isto!

Mais tarde, evidentemente, o povo elegeu a equipa da qual eu fazia parte. Foi escolhido também pelos seus companheiros de luta para fazerem parte do executivo. Curiosamente nenhum deles sabia que se ganhava qualquer coisa na junta e a primeira coisa que fizeram quando tomaram posse, foi dizer que abdicavam, o Senhor Arquitecto Vasco Cunha era o presidente de Junta na altura, abdicaram dos vencimentos. Portanto não se recebiam nada.

A questão que se coloca aqui em primeiro lugar, tem a ver com o tal problema, da dívida pública, ou que é que representa as Juntas de Freguesia

em termos de dívida pública, para que sejam elas, as primeiras a serem chamadas a extinção devido a esse pormenor.

Mais tarde, os membros da Assembleia de Freguesia, é para saber como é que se passa hoje. Vamos ter com gente mais nova que vai querer entrar na defesa das populações e da vida local, quando os convidamos dizem-nos mas nós ganhamos dinheiro, nós somos pagos? A nossa gente nunca pediu nada, ou seja depois veio por decreto, que nós tínhamos direito a qualquer coisa, mas nós nunca pedimos nada, e depois saiu o decreto que os membros da Assembleia tem senhas de presença, mas não fomos nós que pedimos, apareceu por decreto. É natural que as pessoas têm as suas vidas e que naturalmente começam a usufruir de um direito que lhes é dado por um decreto, e por lei!

Portanto as freguesias, os eleitos locais nunca pediram nada, eles foram para o terreno trabalhar por uma causa, por causa do seu povo, da sua gente, não foram para lá para terem um ordenado, para ganharem dinheiro, para fazerem dívidas. Não! eles foram para lá para trabalharem de casaco despido de mangas arregaçadas, com amor a sua terra. Esta é a primeira fase daquilo que eu tinha aqui para dizer.

A segunda, é esta:

O Presidente de Junta, das micro freguesias, está 24 horas à disposição dos cidadãos, não está a tempo interior nem a meio tempo, estamos fartos de dizer isto, estamos 24 horas, o telefone toca a qualquer hora, até de madrugada. Nós temos situações de imigrantes que estão noutra país, que se esquecem que há diferença de horário, como por exemplo andarmos a fazer um alargamento de uma estrada que ele até tem ali um terreno e alguém lhe diz, estão a mexer no teu terreno, mas não estamos nada, porque quando vamos para o terreno já falamos com alguém da família mas toca-nos o telefone às 3 horas da manhã.

Somos os primeiros quando há inundações a sermos chamados, vão a nossa porta de casa bater, este é um outro princípio que não nos possamos esquecer.

O Presidente de Junta, o autarca de freguesia, está ali e é o primeiro, e porquê? Porque as pessoas conhecem-no, conhecem o rosto sabem que ele vai ali, não é para mais nada, senão para responder às necessidades do povo, para aquilo que de facto as pessoas precisam. Mais nada é para isso que ele lá está. Portanto, a nova realidade, a realidade actual, fechasse os postos dos correios, fechasse as escolas, fechasse o posto médico, quem é que vai responder a isto?

Numa altura em que as pessoas no aspecto associativo, estão cada vez mais afastados, por condições da vida, as pessoas hoje têm menos meios para se dedicarem as estas causas.

A freguesia arranja meios de levar as pessoas ao médico, através de uma carrinha, através de meter alguém quase voluntariamente a levar os doentes ao médico, o posto do correios fechou a junta de freguesia arranhou meios de o criar para ter ali um posto do correio para as pessoas que não tem meios para se deslocarem para outros lados, quase gratuitamente arranhou-se um posto dos correios. Qual é o custo do Estado nestes serviços? O que é que o Estado vai gastar a mais com estes serviços, zero!

A junta de freguesia encarregasse de prestar estes serviços com os meios que tem à sua disposição, não vão pedir mais nada a ninguém, nem à Câmara nem ao Estado! Fá-lo através de meios que consegue!

Não estou contra a extinção de freguesias, POR ESTAR, eu estou contra porque elas são necessárias, elas respondem à necessidade do povo, os micros freguesias são fundamentais. Porque se fundimos ou alargamos a área das freguesias, perdesse a identidade local, perdesse o rosto, perdesse a imagem, perdesse a ligação humana, perdesse aqueles olhos nos olhos de bater à porta, como por exemplo *“olha lá eras para me fazeres isto aquilo não está feito porquê”* pois perdemos isto que é fundamental.

Era esta mensagem que queria aqui trazer muito rápida e muito sucinta.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“A primeira questão e para que conste novamente em ata, é que a questão da rotunda oval em Brasfemes do Brasão da freguesia e da parte ajardinada está por fazer desde Outubro de 2009. Continuamos com esta saga!

Segundo, o Parque Infantil à semelhança de outras freguesias, a vedação do Parque está completamente apodrecida, e o equipamento completamente danificado. A legislação não se adequa ao equipamento que lá está.

Sobre uma questão que falei na última Assembleia, que era o pagamento do acompanhamento das refeições escolares de 2010, contrariamente ao que o senhor vereador João Orvalho disse, que se levantou e disse que já estava em pagamento, ainda não foi pago nem sei quando vai ser pago.

Esta questão é uma informação e uma indignação.

Não sei se sabem quando vimos para este Órgão, temos a possibilidade de estacionar os seus carros no parque de estacionamento do mercado D. Pedro V.

Eu na última Assembleia estacionei o carro como o sempre faço, quando cheguei tinha o vidro da carrinha partido, assaltaram-me a carrinha, isto foi tudo sorrateiro ao guarda do parque, convencido que o assalto estava registado nas câmaras, mas efectivamente existe câmaras mas são para a caixa registadora onde se tira meramente o bilhete, pois o parque não tem mais cobertura nenhuma. Ou seja, qualquer pessoa que ali coloca o carro, a entidade exploradora daquele espaço, não fica obrigada ressarcir ninguém, quando me desloquei ao guarda ele disse-me para ler o que estava afixado, onde diz que os SMTUC não se responsabiliza por qualquer dano, seja por roubo, por toque, não se responsabiliza, são as forças policiais.

Os SMTUC tem ali um parque à exploração, recebem o dinheiro mas não se responsabilizam remetem para as forças policiais. Eu não sabia penso que o parque deve ter um seguro e que se tem que responsabilizar por quem paga o taxa de estacionamento, não é o meu caso porque é um direito adquirido mas mesmo assim penso que devem ser responsáveis.

A outra questão sobre a reforma Administrativa Local.

O meu amigo Pardal foi muito benévolo e parece que estava com algum receio em dizer que no próximo dia 3, sábado, que vai haver aqui uma manifestação dos autarcas, das populações do concelho e do distrito.

Quero dizer que o Pardal ao chamar-lhe um encontro, podia dizer que era uma mera reunião...Temos que assumir, é uma manifestação de desagrado! Não

temos que ser mais simpáticos ou menos simpáticos. Já dei o exemplo na ANAFRE, o exemplo da educação, o Mário Nogueira são da Educação e nem por isso deixam ser da educação mas quando é preciso ser barra, arruaças, fazer barulho também fazemos, é isso que temos que assumir.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

“Quero intervir em defesa da honra política desta bancada.

Só para dizer ao deputado Ferreira da Silva, que repito e reitero tudo neste momento, o que disse acerca de 4 anos. Ninguém neste País, é a favor do encerramento de maternidades, nem dos tribunais, nem ninguém nesta Assembleia é contra os senhores Presidentes de Junta.

Eu, na altura, aquilo que disse, reitero-o. Naturalmente que são os Presidentes de Junta que tem de alguma forma desenvolvido o Poder Local em Portugal. São eles que trazem e que fazem com que as populações tenham melhor qualidade de vida. A situação não se coloca de outra forma, a questão como sabe, é que, não fomos nós, e eu pessoalmente não o fui, de certeza absoluta e o senhor deputado também não o foi, não tem culpa da situação em que o País se encontra, mas foi exactamente através do governo anterior que foi obrigado a pedir a ajuda internacional, e teve que assinar e teve que se comprometer em relação a uma quantidade de compromissos em relação aos quais, senão o fizesse o que é que aconteceria.

Os municípios não tinham dinheiro, para continuar a subsistir. Os funcionários públicos, não íam receber os seus vencimentos ao fim do mês, e nós temos que ser suficientemente honestos, para perceber exactamente o que é que está a acontecer, o que é que acontecia, na altura que de alguma forma nós gostaríamos que não continuasse e que não estivesse a acontecer.

Nós estamos numa situação difícil, evidentemente quando não há dinheiro, não é preciso fazer “filhoses de água”, peço-lhe apenas que faça a justiça de perceberem em que circunstâncias e em contextos é que eu preferi exactamente essa intervenção nesta Assembleia, faria neste momento, repito exactamente aquilo que disse, mas, atenção aquilo que está a acontecer no contexto actual é um contexto de alta limitação, não fomos nós que o provocámos, há um ano e meio nos sabíamos que, qualquer pessoa entendida que percebesse ou que soubesse ler um boletim de execução orçamental, o governo estava a governar por redundância com cerca quase de 40%, de derrapagem em relação à receita, perante a despesa. Ninguém era possível neste mundo, nenhum País é possível governar um País nessas circunstâncias, e nós estamos perante um contexto que nos é adverso, este governo não pode fazer de outra forma tem que cumprir, aliás, aquilo que o governo que o senhor apoiava, esse governo assinou, foi sujeito com determinados condicionalismos.

Portanto, é nesse sentido senhor deputado, que confesso e repito, aquilo que disse, disse-o e continuo a dizer e mantenho exactamente esse discurso que foi feito há 4 anos atrás.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara:

“Queira aqui agradecer ao senhor deputado Mário Carvalho a intervenção dele.

Mas tenho que dizer outras coisas. Queria dizer que a Junta de Freguesia de St^a Clara há 10 anos que eu lá estou, fazemos a lei do macenado para ajudar as pessoas, e não estou a falar em 186 euros, estou a falar sensivelmente em 10 anos de 100 mil euros.

Queria dizer, para quem não sabe, temos vistos que os idosos estão abandonados em casa e acabam por morrer, sem dar conta que a Câmara de Coimbra disponibiliza a todos mesmo através das Juntas de Freguesias o um telefone para estas situações.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O meu ilustre amigo pediu a palavra, para defender a que chamou a defesa da honra política.

Quero sublinhar o que ele fez foi uma intervenção à margem do regimento e que não foi em defesa da honra política.

Afinal, o que o líder da bancada do PSD fez, foi dizer exactamente aquilo que eu tinha dito, *“olha para o que digo, não olhes para o que eu faço.”*

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Quero só fazer um pequeno esclarecimento, não vou fazer a defesa de honra nenhuma, nem vou discutir lustres nem deslustre de opiniões cada qual tem a sua e também não vou discutir as declarações de voto da CDU, que, assumirá como entender. O que não entendo é o discurso rebuscado e circular do deputado Pinto Ângelo, em relação a esta moção.

Esta moção é muito clara. Rejeita, de facto a lei 44/XII, porque não corresponde e não é adequada às necessidades. Aquilo que eu proponho se isto é preciso tornar mais claro, onde está *“considerar que a proposta de lei nº44/XII, não corresponde, eu proponho rejeitar a proposta de lei nº 44/XII, considerando que ela não responde de forma adequada às necessidades e anseios dos autarcas.”*

Para tornar isto mais claro se é que há alguma dúvida de sombra naquilo que é a proposta.

No segundo ponto, não sei o que é que o deputado tem contra a consulta, o consagrar em lei, foi isso que foi feito hoje na Assembleia da Republica foi propor simplesmente uma lei, que por um lado rejeita esta proposta, e por outro lado diz, que propõe uma lei em que qualquer situação de agora em diante, qualquer situação que ponha em causa a extinção ou fusão de alterações territoriais das autarquias locais tenha que ser submetida a consulta popular.

É tão simples quanto isto, votará como entender, mas os pressupostos desta moção são absolutamente claros em si.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Só queria ver a dimensão e a extensão dos critérios do senhor Presidente em relação à defesa da honra, quando, e por comparação quando uma pessoa defende e opina sobre as propostas. Naturalmente, tem todo o prazer de dar todo o tempo e de permitir todo o tempo, e aquilo que me fôr pedido, todo o tempo que as pessoas defendam as suas opiniões não gosto que, por esquemas meramente administrativos, se façam intervenções políticas que curiosamente

não mereceram uma intervenção da Presidência da Mesa, com a veemência para não dizer outras coisas mais fortes, em relação a intervenções opinativas, e de intervenção concreta sobre as matérias.

Em relação às propostas aqui apresentadas tivemos a oportunidade de opinar sobre elas, naturalmente que registamos os esclarecimentos que nos foram prestados nessa sequência, mas votaremos de acordo, com a substância das mesmas e com os seus efeitos práticos no momento e não daquele que pretensamente possam vir a ter aqui a 1 mês, dois ou três.

Nesta altura do campeonato, o que está em causa é uma coisa, e não é uma pertença alternativa.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia leu e colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada pela Coligação por Coimbra e subscrita por todos os grupos parlamentares:

Aprovado por unanimidade e aclamação.

Moção apresentada pelo deputado Hugo Rodrigues sobre em alternativa á documentação em formato de papel, receberem esta mesma em formato digital:

Aprovada com 51 votos a favor e 9 abstenções.

Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre Em Defesa da Formação e Educação de Adultos:

Aprovado pela maioria com 32 votos a favor, 13 abstenções e 6 votos contra.

Declaração de voto de Margarida Fonseca:

“Dizer que a CDU votou favoravelmente esta moção, e dizer que o que está expresso nesta moção é o retrato vivo daquilo que há pouco na intervenção sobre a educação referi. Que é precisamente o aniquilar destas novas oportunidades, em tudo o que é escola pública, nomeadamente Coimbra, instituições públicas. Coimbra fica apenas com dois centros, que são privados. Portanto, tudo neste momento que é entidade pública, não pode dar formação de adultos.

Portanto, a questão do público e do privado está aqui bem vincada, também nesta questão.”

Declaração de voto do presidente de Junta de Freguesia de S Martinho Árvore:

“Queria dizer que toda a gente tem direito a uma nova oportunidade, mas essa deve ser mesmo uma nova oportunidade. Portanto, quando o sistema se implementa, neste caso no mercado, ele tem que fazer com que daí, saíam, novas oportunidades para emprego, para novos empresários, para que tenham uma vida futura melhor.

Portanto, que surjam de facto as novas oportunidades e que tenham muito mais valias para as populações, é isso que nós queremos ter.”

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a proposta de lei nº 44/XII, em defesa da realização obrigatória de consulta popular:

Aprovado pela maioria com 36 votos a favor e 21 abstenções.

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre Criação do Programa Pequeno-almoço na Escola

Aprovado pela maioria com 48 votos a favor e 6 abstenções.

Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre a manutenção dos feriados de 1º de Dezembro e o 5 de Outubro:

Aprovado pela maioria com 42 votos a favor, 12 abstenções e 6 votos contra.

O Presidente da Assembleia disse que havia um caso apresentado à Mesa sem ter havido intervenção. Da parte da Coligação Por Coimbra um **voto de congratulação pela Gala da Sociedade Portuguesa de Autores** que ocorreu na 2ª feira, ter atribuído o prémio de melhor programação Cultural autárquica de 2011 a Coimbra e a Évora e felicitar a Senhora Vice Presidente pelo feito. Aprovada por unanimidade e aclamação.

Intervenção da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal:

"Agradecer em nome pessoal, em nome do Departamento da Cultura, porque este prémio é de facto, para um colectivo. Não tenho que o assumir para mim. No entanto, assumo porque bem me custou durante algumas semanas, assumo a candidatura, o risco de me candidatar. Como não gosto de perder, realmente andei ali umas semanas um pouco nervosa. Mas estava confiante, de que esta candidatura realmente tinha todas as possibilidades de ser reconhecida, como foi pela Sociedade Portuguesa de Autores em Gala Solene no passado dia 27 de Fevereiro e das mãos de um distinto membro da Sociedade, recebemos então o troféu comemorativo, aliás com um designer muito bonito de Henrique Cayatte.

As razões prenderam-se sobretudo com as características, com que todos os agentes culturais do concelho, todos sem excepção, do teatro da música, da literatura, da dança do folclore, da etnografia, todos deram o seu contributo, em grau e de natureza variável, como é natural, as artes plásticas, não posso deixar de referir.

Portanto, as razões prenderam-se sobre tudo, segundo nos foi dito, estamos a aguardar o relatório, com as características de exigência, de pluralidade que conferimos à programação que para mim é muito mais de que uma programação é uma tentativa de criar uma outra política cultural nesta Cidade, que enfim, não se faz de um dia para o outro.

Muito obrigada a todos e com todos contamos para que realmente não ganhemos um prémio igual para o ano, mas sim que ganhemos outro e que continuemos sobretudo é ganhar autoconfiança e auto-estima com atitudes e com reconhecimento desta natureza."

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

“Quem cala consente! E pela primeira vez, talvez o meu tom não esteja normal, nem pode estar, perante uma moção que foi hoje aqui apresentada, e que altera profundamente aquilo que foi a realidade histórica.

Num País que é dos poucos que não tem, um dia para comemorar o dia da fundação, não tem, poderia ser o 5 de Outubro de 1143, por exemplo, faz-se aqui uma moção que eu nunca faria. O 1º de Dezembro é um dia nacional, efectivamente mas o 5 de Outubro de 1910, não é um dia nacional. É um dia que diz respeito aos republicanos, que eu sempre respeitei, e muitas vezes quando não tinha uma cerimónia muito mais concorrida aqui ao lado na Igreja de Stª Cruz, o 5 de Outubro de 1143, eu estava aqui na Assembleia Municipal ao hastear da bandeira que também é a bandeira portuguesa que é a bandeira verde rubra.

Só queria dizer que, efectivamente este excerto do Jornal Mundo Republicano, não corresponde totalmente à verdade. Não foi a população portuguesa que proclamou a República. Quem fez a República foram 42 mil e tal elementos, numa sociedade secreta, é pena de origem Nápoles chamada a carbonária cujo ponto torre era ter sempre escondido no corpo, duas armas prontas a disparar, que estavam distribuídos por todos os quartéis do País, e com os navios da armada, com ordem de matarem os oficiais, que não aderissem à República.

Portanto, o 5 de Outubro não é um dia nacional, é um dia que eu respeitei sempre, mas é o dia da proclamação da República.

Não poderia deixar de ter este desabafo, porque efectivamente não é o facto de se insurgirem contra a extinção destes feriados, é a forma como se apresenta os motivos para a sua extinção.

Quero dizer que a independência de Portugal não há só com a República, a independência nacional há também com a Monarquia. Se querem saber peçam a abolição da alínea b) do artigo 288º da Constituição profundamente anti democrática, porque impõe a Portugal sem qualquer referendo uma coisa errada no aspecto formal que aqui impõe a Portugal a forma republicana do governo. Não há forma Republicanas nem Monárquicas, há formas democráticas ou não democráticas, e esta é uma forma não democrática.”

Intervenção da deputada Isabel Margarida:

“A CDU só quer fazer um reparo, o senhor deputado tem toda a legitimidade do que acabou de dizer, só que acho que havia tempo próprio para o fazer. Como qualquer um de nós o fez, as observações que tínhamos a fazer, nas diversas moções.

Depois das moções aprovadas, depois dos pontos terminados, não vejo o porquê desta medida de excepção, porque é por ser quem é, penso que nesta Assembleia somos todos iguais. Quando o senhor Presidente faz reparos a qualquer um membro desta Assembleia, tem de o fazer de forma igual para todos. Somos todos iguais aqui dentro desta Sala.”

Aprovação de atas:

Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a acta de 27 de Dezembro de 2011 e 17 de Janeiro de 2012, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Período da Ordem do Dia:**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2- 2ª Modificação ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra 2012 – 1ª revisão:**Intervenção Presidente de Junta de Brasfemes:**

“Queria só fazer uma pergunta, modificação ao orçamento receita. Diz na descrição o 09 040601 equipamento de transporte (15.172,84), dotações corrigidas (15.172,84), depois na última linha 09 040901, equipamento de transporte (18.486,90).

Gostava de saber concretamente a que é que se referem estas parcelas, não está aqui ninguém para responder, não sou obrigado a adivinhar, é um documento que está aqui para ser discutido e votado e não está ninguém com competência deste serviço para nos explicarem o que é isto!

É a venda de dois autocarros? Autocarros de quantos lugares?

É que a minha freguesia pode estar interessada e não está aqui ninguém dos SMTUC para nos tirar as dúvidas, pergunto vamos votar isto sem sabermos para que efeito.”

Intervenção vereador Paulo Leitão

"Conforme foi dito, desconheço a tipologia, são dois mini autocarros, conforme está descrito na informação dos SMTUC. Aqui não aprova a venda, aprova no fundo a as rubricas que permitam a sua alienação posterior por parte dos Serviços Municipalizados."

Intervenção Presidente de Junta de Brasfemes:

"Pergunto qual é a forma para podermos concorrer, são dois minis autocarros e posso estar interessado em concorrer para a minha junta de freguesia. "

Intervenção vereador Paulo Leitão

"Isto é para permitir a venda, não é a venda em si, se pretender pode contactar os SMTU, e fazer uma proposta."

Intervenção do deputado Moisés.

"Sobre este ponto só para dizer que naturalmente vamos votar a favor, porque a proposta, do meu ponto de vista, não oferece grandes dúvidas, na medida em que, a correcção relativa ao orçamento dos SMTUC, diz claramente que, se propõe fazer uma transferência para a Câmara Municipal de Coimbra de este património móvel a fim de ser utilizado pelo serviço da Polícia Municipal. Estou esclarecido, penso que a bancada da maioria vai votar a favor."

Intervenção do deputado Jorge Lemos

"A bancada do Partido Socialista também vai votar favoravelmente este ponto. A proposta parece-nos bem elaborada, por isso vamos votar favoravelmente."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, (58 votos a favor e 2 abstenções), sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de Fevereiro último e nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a 1ª. Revisão Orçamental dos SMTUC 2011, que se caracteriza pela necessidade de dotar o Capítulo 09 – Vendas de Bens de Investimento, o que não aconteceu no orçamento para 2012, para que seja possível aos referidos Serviços arrecadar receitas provenientes da venda de dois miniautocarros usados, conforme consta da deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC datada de 28/11/2011 e aprovada em reunião da Câmara Municipal de 05/12/2011, bem como da possível transferência para o Município do património móvel propriedade dos SMTUC que continua a ser utilizado e útil à Polícia Municipal, sendo a inscrição destas receitas de capital no valor de € 34.730,28 efetuada por contrapartida da diminuição da dotação de receitas correntes, nomeadamente na rubrica Vendas de Bens e Serviços Correntes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 – Prémio de Jornalismo Adriano Lucas - alteração ao Regulamento:

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Só para dizer que o Partido Socialista já fez aqui, aquando a apresentação do Regulamento a exortação da possibilidade do jornalismo causas, e do prestígio de Adriano Lucas. Fê-lo na devida altura. Mas fez também um reparo, nessa altura ele merecia que o regulamento da atribuição do seu prémio, merecia que esse regulamente estivesse a apreciação pública. a Câmara não o fez e é só por esta razão que estamos aqui novamente com este processo que poderia ter sido corrigido em sede de apreciação pública na altura a Câmara, já vi invernou por um novo caminho contra os novos regulamentos a esta Assembleia, já põe os projectos de regulamentos à discussão pública, como já o fizeram com a candidatura à Universidade, como está a fazer ao regulamento de águas e de certo que o vai fazer com o regulamento do ruído.

É assim que a democracia nos ensina."

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, (59 votos a favor e 1 abstenções) a sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de Fevereiro último e nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar as seguintes alterações ao Regulamento do Prémio de Jornalismo de Investigação Adriano Lucas:

Nova designação do Prémio: Prémio de Jornalismo Adriano Lucas

Artigo 2.º:

A inclusão de um quinto ponto que terá a seguinte redação: "No ano em que o Prémio não for atribuído, o valor pecuniário de € 1.500,00 transitará para o ano seguinte, até ao montante máximo de € 3.000,00.

Artigo 3.º:

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº2 de 1 Março de 2012.....Aprovada em 26 de Abril de 2012

Ponto 1 – Propõe-se que o júri do concurso seja composto por cinco elementos e não três como inicialmente previsto, sendo que dois serão convidados pelos elementos designados pelas entidades promotoras.

Artigo 4.º:

Ponto 1 – Propõe-se que o concurso seja aberto e publicitado no início de cada ano e não em Setembro como inicialmente previsto, de modo a dar mais tempo aos concorrentes para preparação dos trabalhos.

Ponto 5 – Propõe-se que a candidatura possa também ser feita eletronicamente, para além da entrega nos Serviços de Atendimento da C.M.C..

Artigo 5.º:

A data limite para entrega dos trabalhos será 30 de setembro.

Artigo 6.º:

Propõe-se que se retire o limite de idade, anteriormente imposto, permitindo, deste modo, a abrangência a qualquer faixa etária.

Instituir que o valor do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas seja de € 3.000,00 no ano em curso, contribuindo cada entidade com € 1.000,00 e não os € 500,00 como inicialmente previsto, dado que no ano transato não se verificou a atribuição do prémio em causa;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 – Medalha da Cidade de Coimbra para António Arnaut:

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

"Para mim é particularmente sensível tomar a palavra neste ponto da ordem do dia, dadas as relações de amizade profunda que eu tenho com o meu amigo António Arnaut, é com alguma emoção que participo com muito gosto neste ponto da ordem do dia, com umas palavras sobre uma pessoa que, todos nós admiramos naturalmente, mas que para mim me diz muito respeito, em termos de amizade, de companheirismo, de fraternidade e até de algum percurso comum na vida politizado meu parido.

Dir-vos-ia, que a Câmara, esta Assembleia e a Cidade honram-se hoje, distinguindo António Arnaut com a medalha de ouro de Coimbra.

Honra que sabemos aceite e compartida, na sua justiça e mérito, pelos munícipes, que já em outras ocasiões e circunstâncias mais ou menos formais, lhe testemunharam o seu apreço e o seu afecto.

Verdadeiramente, o acto de hoje, consagra e cristaliza, em ouro de lei, um sentimento comum das gentes de Coimbra que se revêem nas qualidades humanas e cívicas de António Arnaut.

E sem exagero, diria, que não só Coimbra se congratula, com o sentido ético desta distinção.

Por todo o País, muitos portugueses, senão mesmo a maioria, comungam dos nossos sentimentos e reconhecem em Arnaut, a figura do justo, do comprometido, do cidadão que usou dos poderes que o voto popular confere,

para fazer algo para todos, universal, geral e gratuito, unindo os portugueses na necessidade, no risco, no infortúnio, únicas circunstâncias onde a igualdade é lei.

E muito maior homenagem que esta, por muito sentida que ela seja, é a que presta a António Arnaut a sociedade portuguesa, que assumiu a sua ideia e a sua luta por um Serviço Nacional de Saúde, como património seu, como valor moral e ético intrinsecamente ligado à convivialidade nacional, verdadeiro cimento agregador dos portugueses e da comunidade lusa, perante as vicissitudes da insegurança, do medo, da falta de recursos e da crise económica em que vivemos.

O Serviço Nacional de Saúde que também hoje aqui se homenageia, já não é de António Arnaut, é de todas as gerações que com ele nasceram e viveram melhor, é um bem nacional inalienável, indestrutível e próprio da solidariedade e compaixão que marcam o nosso modo de ser e entender o outro.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O homem que concebeu o SNS e por ele lutou boa parte da sua vida é um homem simples, afável, comum, de quem muitos somos amigos ou que todos conhecemos.

Não é um homem providencial, não é um populista, nem um chefe. Arnaut é um cidadão como os outros, como todos nós. Com algo que o distingue porém, é homem de ideias e ideais com uma ambição de justiça para o seu país, que conseguiu, um dia, por uma estreita frincha do poder, impôr o valor da saúde para todos ao serviço de Portugal.

Coimbra honra-se em ter Arnaut como um dos seus e esta Assembleia cumpre o mais elementar acto de justiça cívica honrando também."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Quero dizer apenas e só que, há pessoas pelo seu percursos vida social, política e cultural e pelo seu testemunho cívico, de homem integro nobre e de grande verticalidade ética estão acima dos Partidos. E por isso mesmo esse homem que foi responsável político pela criação, do hoje tão mal tratado do SNS, merece a nossa homenagem sincera. Portanto subscrevemos inteiramente e com muito agrado esta homenagem que a Cidade lhe presta."

Intervenção do Presidente da Assembleia:

"Tenho imenso gosto de prestar homenagem a pessoas da minha era política, e tenho o melhor gosto de prestar homenagem também a quem não é da minha era política.

Quero sintetizar três pontos de António Arnaut, como fui acompanhando António Arnaut:

Primeiro, como advogado distintíssimo. No seu curso, é queridíssimo por todos, sempre distinguiu, tanto na faculdade como na advocacia e aqui queria sublinhar particularmente a escola que ele foi criando de deontologia, num País em que faltam valores, portanto, ele teve sempre uma preocupação de formação de manter os juízos éticos, na actividade profissional como advogado. O que é

importante e beneficia quem exerce. Nesse aspeto é um contributo prestigiando a actividade dos advogados, uma actividade tão nobre como ela é no nosso País. Depois sublinharia a sua actividade como escritor, tenho acompanhado, tenho diversos livros, é um homem que se tem notabilizado, esta bem patente o que foi indicado pela Câmara, portanto a obra literária que ele tem e que vai continuara a ter. É bom no fundo que destaquemos pessoas que continuam a dar prestígio e portanto a contribuir.

E naturalmente como homem público, o Serviço Nacional de Saúde vai continuando, é apenas um a parte, é um homem de valores e de empenhamentos e portanto gostava de sublinhar muito particularmente esta sua função.

Mas gostava de dizer que é uma pessoa que prestigiou o nosso País em termos de acção pública, é um grande homem público acho que a Câmara honra muito bem, quando propôs por unanimidade esta medalha e é bom que nós também a aprovamos, fico feliz no dia de hoje e serei dos primeiros a congratular-me."

Todas estas intervenções foram aplaudidas pela Assembleia Municipal.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação, aprovar a atribuição ao Dr. António Arnaut a Medalha de Ouro da Cidade, de acordo com o artº 5, do cap.II, do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Coimbra, conforme proposta da Câmara Municipal datada de 9 de Janeiro último

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 – Imóvel denominado “Casa Aninhas”, sito na Praça 8 de Maio – retificação:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar o teor da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 13 de Fevereiro último, a saber:

“Tendo em vista a integração no *Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana “Coimbra Viva I”* o Executivo Municipal aprovou que [...] “do prédio urbano sito na Praça 8 de Maio, denominado “Casa Aninhas”, a que correspondiam os artigos matríciais urbanos nºs 349 e 350, da Freguesia de Santa Cruz, o qual deverá ser atualizado, e a que correspondem os nºs de polícia 29, 30, 36, 37 e 38, com a área total de 505,40 m² (sendo 488,60 m² de área coberta e 16,80 m² de área descoberta), seja autorizado o destaque da parcela com a área de 14,00 m², a confrontar de norte e nascente com Município de Coimbra, de sul com prédio urbano sito na Rua Direita, nºs 30-36 e 38-40 e de poente com prédio urbano sito na Rua Direita, nºs 42-44, conforme consta na planta cadastral anexa e que igualmente se propõe para aprovação. [...]”.

A atualização referida deve-se ao edifício denominado “Casa Aninhas” ter sofrido obras de beneficiação que, em tempos, juntaram dois prédios contíguos. A escritura dos prédios é de 13 de Agosto de 1960. Refeitas as medições com técnicas atuais verifica-se que o prédio na sua totalidade não

tem a área referida na escritura mas sim a área coberta de 411,00 m² e a área descoberta de 129,33 m², área esta que inclui meia viela com 13,50 m².

Neste processo de atualização, verificou-se ainda que o prédio havia sido incorretamente identificado devendo o destaque realizar-se não da composição dos prédios com os art.ºs urbanos nº 349º e 350º, da Freguesia de Santa Cruz, mas sim dos prédios com os art.ºs urbanos 347º e 349º da mesma Freguesia.

Assim, nos termos do disposto nos nºs 4, 6 e 7 do Art.º 6º e al. a) do nº 1 do Art.º 7º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas até à Lei nº 28/2010, de 2 de Setembro, propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

1 – Retificar o texto da deliberação nº 2921/2011, de 18/04/2011, passando a constar: [...] “Autorizar que da parte descoberta do prédio urbano, situado na Praça 8 de Maio, denominado “Casa Aninhas”, a que correspondiam os artigos matriciais urbanos nºs 347 e 349, da Freguesia de Santa Cruz, o qual deverá ser atualizado, com os nºs de polícia 29, 30, 36, 37 e 38, com a área total de 540,33 m² (sendo 411,00 m² de área coberta e 129,33 m² de área descoberta, área esta que inclui meia viela com 13,50 m²), seja efetuado o destaque da parcela com a área de 14,00 m², a confrontar de Norte e Nascente com Município de Coimbra, de Sul com prédios urbanos sítios na Rua Direita, nºs 30-32, 34-36 e 38-40, e de Poente com prédio urbano sítio na Rua Direita, nºs 42-44, conforme consta na planta cadastral que se anexa.

- Aprovar as Plantas Cadastrais anexas. [...]

2 - Uma vez que foi o prédio identificado no primeiro parágrafo da presente informação que esteve subjacente à aprovação da integração no Fundo Imobiliário e que serviu de base à deliberação nº 2923/2011, de 18/04/2011, propõe-se, em aditamento àquela deliberação, que a Câmara Municipal de Coimbra aprove que o prédio constituinte da parcela P12, a integrar no referido Fundo Imobiliário, seja o proveniente do destaque proposto em “1”, ao qual corresponde a seguinte descrição predial: Parcela de terreno com a área de 14,00 m², a destacar do prédio urbano, situado na Praça 8 de Maio, denominado “Casa Aninhas”, a que correspondiam os artigos matriciais urbanos nºs 347º, descrito sob o nº 2105/20071207 da 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, e 349º, não descrito na Conservatória, ambos da Freguesia de Santa Cruz, o qual deverá ser atualizado, com os nºs de polícia 29, 30, 36, 37 e 38, com a área total de 540,33 m², sendo 411,00 m² de área coberta e 129,33 m² de área descoberta, considerando-se assim corrigidos os documentos referentes àquela deliberação mas tão-somente quanto à identificação do prédio, mantendo-se tudo o restante da deliberação.

3 - No caso de deliberação favorável à pretensão, o presente processo deverá ser remetido à Assembleia Municipal de Coimbra, nos termos do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação da alteração proposta em “2” e também apenas no que diz respeito ao prédio constituinte da parcela P12, uma vez que foi este órgão deliberativo que aprovou a 27/04/2011, a integração dos imóveis propriedade do Município neste Fundo Imobiliário.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4717/2012 (13/02/2012):

- Aprovar as propostas constantes da informação n.º 5013/2012 da Chefe da Divisão de Cadastro e Solos acima transcrita;
- Aprovar a seguinte planta cadastral:
Parcela de terreno sita na Rua Direita, em Coimbra, com a área descoberta de 14,00 m², a destacar da parte descoberta do prédio resultante da reconstrução de dois edifícios, com os artigos urbanos 347.º, a que corresponde o registo n.º 2105/20071207, da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, e 349.º, não descrito na Conservatória, ambos da freguesia de Santa Cruz, os quais devem ser anexados, parcela esta a confrontar de Norte e Nascente com Município de Coimbra, de Sul com prédios urbanos sitos na Rua Direita, n.ºs 30-32, 34-36 e 38-40, e de Poente com prédio urbano sito na Rua Direita, n.ºs 42-44;
- Remeter à Assembleia Municipal.
Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. "

Ponto 6 - Imóvel sito na rua João Cabreira/Largo das Olarias – retificação:

Quanto a este processo a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar o teor da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 30 de Janeiro último, a saber:

□ Retificar o texto da deliberação n.º 2922/2011, de 18/04/2011, passando a constar: [...] “Autorizar que do prédio sito na Rua João Cabreira / Largo das Olarias, com a área descoberta de 278,00 m², descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1344/19981104, inscrito na matriz predial urbana sob o artº 3002º, Freguesia de Santa Cruz, a confrontar atualmente de norte com Rua João Cabreira, de sul com domínio público Municipal, de nascente com Metro Mondego, S.A., e de poente com prolongamento do Largo das Olarias, seja autorizado o destaque de uma parcela com a área de 243,00 m², a confrontar de norte com Rua João Cabreira, de sul com Município de Coimbra, de nascente com Metro Mondego, S.A., e poente com prolongamento do Largo das Olarias, ficando a parcela sobrance do prédio mãe, resultante após o destaque, com a área de 35,00 m², e a confrontar de norte com Município de Coimbra, de sul com domínio público Municipal, nascente com Metro Mondego, S.A., e poente prolongamento do Largo das Olarias;

Aprovar a seguinte planta cadastral:

Prédio mãe inicial:

Prédio urbano, destinado a construção, sito na Rua João Cabreira / Largo das Olarias, com a área descoberta de 278,00 m², descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1344/19981104, inscrito na matriz predial urbana sob o artº 3002º, Freguesia de Santa Cruz, a confrontar atualmente de norte com Rua João Cabreira, de sul com domínio público Municipal, de nascente com Metro Mondego, S.A., e de poente com prolongamento do Largo das Olarias.

Parcela a destacar:

Parcela de terreno com a área de 243,00 m², a destacar do descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1344/19981104,

inscrito na matriz predial urbana sob o artº 3002º, Freguesia de Santa Cruz, a confrontar de norte com Rua João Cabreira, de sul com Município de Coimbra, de nascente com Metro Mondego, S.A., e poente com prolongamento do Largo das Olarias.

Parcela resultante do destaque:

Parcela de terreno com a área de 35,00 m2, sobranete do descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1344/19981104, inscrito na matriz predial urbana sob o artº 3002º, Freguesia de Santa Cruz, a confrontar de norte com Município de Coimbra, de sul com domínio público Municipal, nascente com Metro Mondego, S.A., e poente prolongamento do Largo das Olarias;

☐ Aprovar, em aditamento à deliberação supracitada, que o prédio constituinte da parcela P28, a integrar no referido Fundo Imobiliário, seja o proveniente do destaque acima proposto, ao qual corresponde a seguinte descrição predial: Parcela de terreno com a área de 243,00 m2, a destacar do prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1344/19981104 e inscrito na matriz predial urbana sob o artº 3002º, Freguesia de Santa Cruz, parcela esta que confronta de norte com Rua João Cabreira, de sul com Município de Coimbra, de nascente com Metro Mondego, S.A., e poente com prolongamento do Largo das Olarias, considerando-se assim corrigidos os documentos referentes àquela deliberação mas tão-somente quanto à identificação do prédio, mantendo-se tudo o restante da deliberação; Remeter o processo à Assembleia Municipal, nos termos do artº 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação da alteração da proposta e também apenas no que diz respeito ao prédio constituinte da parcela P28, uma vez que foi este órgão deliberativo que aprovou a 27/04/2011, a integração dos imóveis propriedade do Município neste Fundo Imobiliário.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. "

Ponto 7 – Projeto de revisão do Regulamento de Água e de Águas Residuais de Coimbra (RAARC).

Sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal este processo foi retirado, a fim de ser melhor instruído por um parecer do Regulador da Água, já pedido e que entretanto chegou aos Serviços.

E sendo 20.00 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.